

S. 11.  
C. 23  
H. 11  
H. 11

# OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2026



## AS OPÇÕES DO PLANO E O ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2026

### APROVADO

#### PELA JUNTA DE FREGUESIA

As Opções do Plano e o Orçamento, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado na reunião da Junta de Freguesia, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pelos membros do executivo que abaixo assinam

Em reunião de

16 / Dezembro 2025

U. 11 -

2025

*[Handwritten signatures]*

#### PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

As Opções do Plano e o Orçamento, foi presente e aprovado por maioria/unanimidade da Assembleia de Freguesia em sua sessão ordinária, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pela mesa que abaixo assina

Em sessão de

30 / Dezembro / 2025

*[Handwritten signatures]*

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nas Opções do Plano e o Orçamento, pelo que do ponto de vista técnico o documento encontra-se em condições de ser votado. Mais informamos que estaremos à disposição dos elementos da assembleia, caso o desejem, para o esclarecimento de dúvidas de carácter técnico. Para tal podem contactar os nossos serviços por: mail ([geral@lusaconta.pt](mailto:geral@lusaconta.pt)) ou telefone (239 918 650).

**O Contabilista Público**

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'V' and several illegible signatures.

## Índice

1. Nota Prévia .....	4
2. Normas Regulamentares da Execução do Orçamento .....	8
<b>I - AS OPÇÕES DO PLANO .....</b>	<b>19</b>
1. Missão, Objetivos e Estratégia .....	20
1.1. Missão .....	20
1.2. Visão .....	20
1.3. Valores .....	21
1.4. Responsabilidade Social .....	21
1.5. Objetivos .....	22
1.6. Estratégias .....	22
2. Áreas de Ação .....	23
Introdução .....	23
Ação Social .....	24
Educação .....	26
Desporto e Atividades Recreativas .....	28
Cultural Patrimonial .....	29
Ambiente e Cemitério .....	32
Inovação e Empreendedorismo .....	33
Organização Administrativa .....	34
3. DIREITO DE OPOSIÇÃO - Lei n.º 24/98 .....	35
<b>II - ORÇAMENTO .....</b>	<b>36</b>
1. Nota de Enquadramento .....	37
2. Enquadramento Macroeconómico .....	38
3. Orçamento SNC-AP .....	40
4. Recursos Financeiros .....	42
5. Previsão das Receitas .....	45
5.1. Receitas Correntes .....	46

5.2.	Receitas de Capital .....	51
6.	<b>Previsão das Despesas</b> .....	53
6.1.	Despesas Correntes .....	53
6.2.	Despesas de Capital .....	59
 <b>III - MAPAS ORÇAMENTAIS</b> .....		61
Anexo 1 Mapa de Pessoal.....		
Anexo 2 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual .....		
Anexo 3 Plano Plurianual de Investimentos .....		
Anexo 4 Orçamento Receita.....		
Anexo 5 Orçamento Despesa.....		

1-11-  
12/6  
[Handwritten signatures and initials]

## 1. Nota Prévia

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o **Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)**, compete à **Junta de Freguesia** elaborar as **Opções do Plano**, a **proposta de Orçamento** e o **Plano Plurianual de Investimentos**, cabendo à **Assembleia de Freguesia** a respetiva aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal.

A presente proposta de **Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o exercício de 2026** foi elaborada em conformidade com os requisitos legais decorrentes da aplicação do **Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)**, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro**, alterado pelos **Decretos-Lei n.ºs 85/2016, de 21 de dezembro**, e **33/2018, de 15 de maio**.

O SNC-AP foi concebido tendo presente que o universo das administrações públicas integra entidades de natureza, dimensão e complexidade muito diversas, permitindo a sua aplicação generalizada. Contudo, reconhece-se que, para entidades de menor dimensão e reduzido risco orçamental, como é o caso de muitas freguesias, se justifica a aplicação de um **regime simplificado**<sup>1</sup>, desde que respeitados os mesmos princípios, conceitos e critérios contabilísticos, assegurando a **consistência, comparabilidade e fiabilidade da informação financeira**, bem como a possibilidade de consolidação quando aplicável.

<sup>1</sup> Os valores a considerar são anuais e a observação dos limites tem que verificar-se durante dois anos consecutivos.

- Pequena Entidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga superior a 1 milhão e inferior a 5 milhões de euros;

- Microentidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga inferior a 1 milhão de euros.

S. J. J.  
12/11/2016  
[assinatura]  
[assinatura]  
[assinatura]

Neste contexto, foi previsto o **Regime Simplificado do SNC-AP**, consagrado no **artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 192/2015**, e regulamentado pela **Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto**, aplicável às entidades classificadas como **Pequenas Entidades e Microentidades**, nos termos dos artigos 3.º e 4.º da referida Portaria.

De acordo com o disposto no **n.º 46 do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP**, as demonstrações orçamentais a elaborar por uma **microentidade** são as seguintes:

- Orçamento e Plano Orçamental Plurianual (ano seguinte e mais quatro anos);
- Plano Plurianual de Investimentos.

O SNC-AP não estabelece regras específicas quanto à metodologia de elaboração do orçamento. Contudo, o **artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015** determina que se mantêm em vigor as **regras previsionais constantes do ponto 3.3 do POCAL**, as quais continuam a aplicar-se à elaboração do orçamento do ano a aprovar. Mantêm-se igualmente em vigor as disposições relativas ao **controlo interno** e às **modificações orçamentais**, previstas, respetivamente, nos pontos 2.9 e 8.3.1 do POCAL, não revogados pelo novo sistema.

Por sua vez, o **Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)**, aprovado pela **Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro**, estabelece, no seu **artigo 40.º**, que o orçamento deve prever receitas suficientes para cobrir todas as despesas, devendo a **receita corrente ser, pelo menos, igual à despesa corrente**. Prevê ainda que o **saldo de gerência da execução orçamental** possa ser incorporado através de alteração orçamental, após aprovação do **Mapa dos Fluxos de Caixa** pelo órgão executivo, em momento anterior à aprovação dos documentos de prestação de contas.

O orçamento deve ainda estar enquadrado num **plano plurianual (N+4)**, respeitando, em todos os anos, o **equilíbrio entre receitas e despesas**, bem como

os princípios da **estabilidade orçamental** e da **equidade intergeracional**, consagrados nos artigos 5.º e 9.º do RFALEI.

Neste enquadramento, a autarquia deve proceder à elaboração do orçamento com base na **evolução previsível da receita**, considerando a dinâmica da base tributária, a procura de bens e serviços sujeitos a taxas ou preços, as transferências correntes e de capital, bem como eventuais **operações de financiamento e participações comunitárias** associadas a projetos de investimento. Do lado da despesa, devem ser tidos em conta os **compromissos já assumidos**, as obrigações legais permanentes e os projetos constantes do **Plano Plurianual de Investimentos** e das atividades mais relevantes previstas.

A **taxa de inflação prevista** constitui igualmente um indicador relevante na estimativa das receitas e despesas, devendo ser considerada de forma prudente.

Reconhece-se, contudo, a existência de um grau significativo de **imprevisibilidade** associado a determinadas tipologias de receita e despesa, pelo que a previsão para os anos subsequentes ao do orçamento tem natureza **meramente indicativa**, sendo o **quadro plurianual orçamental** objeto de **atualização anual**.

No exercício orçamental a aprovar e nos anos seguintes, recomenda-se que sejam considerados apenas os **projetos de investimento de execução anual ou plurianual**, constantes do Plano Plurianual de Investimentos que acompanha o orçamento, inscrevendo-se em cada ano apenas os projetos efetivamente a iniciar ou em execução.

Os documentos previsionais são elaborados com base no **classificador económico** aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, incluindo as rubricas previstas no Decreto-Lei n.º 192/2015, e de acordo com os **modelos definidos no n.º 47 do ponto 11 da NCP 26 do SNC-AP**, por forma a garantir a coerência com os futuros reportes de execução orçamental.

Pretende, assim, o Executivo apresentar uma proposta orçamental **realista, equilibrada e exequível**, adequada à concretização dos investimentos e das despesas consideradas possíveis no exercício de 2026.

No âmbito do SNC-AP, a regularidade técnica da execução da contabilidade pública e da prestação de contas é assegurada pelo **Contabilista Público**. Nas freguesias em que é aplicado o regime simplificado e onde não existam recursos humanos que preencham os requisitos legais, esta função pode ser assegurada por um **Contabilista Certificado**, nos termos do **artigo 9.º dos Estatutos da Ordem dos Contabilistas Certificados**.

Nestes termos, os documentos relativos às **Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos** são submetidos à análise e deliberação da **Assembleia de Freguesia**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



1.11-  
1.22  
4  
Haut

## 2. Normas Regulamentares da Execução do Orçamento

### Capítulo I

#### Âmbito e Princípios Genéricos

##### Artigo 1.º - Definição e Objeto

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos necessários à execução do Orçamento da Freguesia, de modo a garantir o cumprimento dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1 Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.
2. São também aplicáveis à execução do Orçamento, as disposições constantes da Norma de Controlo Interno.
3. O presente regulamento atende ainda ao disposto na seguinte legislação: Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro; Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho; Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho; Decreto-Lei 114/2007, de 19 de Abril; Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro; e Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

##### Artigo 2.º - Utilização das Dotações Orçamentais

Durante o ano de 2026 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previstos ao abrigo do disposto da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

##### Artigo 3.º - Execução Orçamental

1. O Executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro.
2. Na execução dos documentos previsionais deverá ser tido em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovados e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo os princípios da utilização racional das dotações aprovadas,

J-11.  
[Handwritten signatures and initials]

a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

3. Deverá continuar a ser assegurado e implementado durante o ano de 2026 um efetivo sistema de controlo interno, com vista ao reforço do controlo financeiro, com o objetivo de garantir o rigor na execução orçamental e evitar a má utilização dos recursos autárquicos.

#### Artigo 4.º - Registo Contabilístico

1. O registo da receita e da despesa e dos respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios.

2. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, serão os constantes do sistema de controlo interno, aprovado nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

#### Artigo 5.º - Gestão dos Bens Tangíveis e Intangíveis da Autarquia

1. A Gestão do Património da Freguesia executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário de Bens da Autarquia.

2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do órgão executivo através de informação-proposta ou documento equivalente, designadamente contratos, após aprovação da despesa bem como da verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

#### Artigo 6.º - Modificações ao Orçamento

1. As dotações inscritas nas Opções do Plano, comparticipadas por Fundos Comunitários ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas, após reformulação, devidamente comprovada, do respetivo cronograma financeiro.

2. A modificação ao Orçamento, decorrente da aplicação de receitas legalmente consignadas, só poderá ser considerada com a efetiva atribuição (homologação) pela entidade respetiva.

V.111  
122  
[Handwritten signatures and initials]

## Capítulo II

### Receita e Despesa Orçamental

#### Artigo 7.º - Princípios Gerais para a Arrecadação de Receitas

1. Na execução do Orçamento da receita, devem ser respeitados os princípios e regras definidas no § 4 NCP 26, nomeadamente:
  - 1.1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e recebida se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada;
  - 1.2. A Liquidação pode exceder os valores inscritos no Orçamento.
2. A liquidação e o recebimento de receitas serão efetuados com base na legislação e regulamento em vigor.
3. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.

#### Artigo 8.º - Princípios Gerais para a Realização de Despesas

1. Na execução do Orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidas no § 5 NCP 26, nomeadamente:
  - 1.1. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes situações:
    - a) verificada a conformidade legal e a regularidade da despesa, nos termos da lei;
    - b) registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
    - c) emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, sendo as despesas permanente, como salários, eletricidade, água, comunicações, seguros, rendas, contratos de fornecimento contínuos e contratos de quantidade, devem ser registados mensalmente.

4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental; a saber:

4.1. No caso do investimento, se estiverem inscritas no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso;

4.2. No caso das restantes despesas, se o saldo orçamental da rubrica for igual ou superior ao encargo a assumir.

4.3. Os pagamentos só podem ser executados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na lei e/ou no presente regulamento.

5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

6. A autorização para a realização de despesas será concedida pela entidade com delegação de competência para o efeito, exarada sobre a requisição numerada ou documento equivalente, previamente cabimentada e apreciada a sua adequação às regras e princípios a aplicar na realização das despesas.

7. As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para valores superiores a 5.000,00 euros, terão de ser acompanhadas de declaração da Segurança Social comprovativa da situação contributiva regularizada e identificação completa do beneficiário - nome, morada, contato, e-mail e número de identificação fiscal.

8. As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para qualquer montante, terão de ser acompanhadas de declaração das Finanças comprovativas da situação tributária regularizada, a qual deverá mencionar que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respetivos juros.

9. No caso específico do compromisso da despesa, e tendo como princípio básico a não utilização da antecipação de fundos prevista no artigo 4º da LCPA, deverá atender-se à regra prevista no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, ou seja, os compromissos serão realizados em função dos trabalhos e fornecimentos a desenvolver mensalmente.

#### Artigo 9.º - Autorização para a Contratação das Despesas

J. 11.  
123  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

1. As competências para a autorização da realização de despesas, são estabelecidas por deliberação do executivo, sem prejuízo da adoção de regras e demais procedimentos estabelecidos sobre esta matéria por legislação em vigor, nomeadamente Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
2. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas: vencimentos e salários, encargos de empréstimos, contribuições e impostos, reembolsos ou quotas ao Estado ou organismos seus dependentes, água, energia elétrica, telefone, prémios de seguros e quaisquer outros contratos que resultem de contratos legalmente celebrados, bem como o pagamento a diversas entidades por Operações de Tesouraria.
3. Qualquer encargo só pode ser assumido depois de ser previamente registado o cabimento da importância correspondente à despesa a pagar.

#### Artigo 10.º - Constituição de Fundos de Maneio

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Presidente da Junta a constituição de fundos de maneio, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. Cada um dos fundos referidos no número anterior, tem de ser regularizado no fim de cada mês, num único título e saldado no fim do ano, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.

#### Artigo 11.º - Pagamentos Eletrónicos

1. Para as aquisições que exijam o pagamento imediato, poderá ser atribuído um cartão de débito, na modalidade de pré-pago.
2. O Cartão é atribuído a um titular designado para o efeito pela unidade orgânica respetiva, o qual é responsável pela correta utilização do mesmo, após os competentes registos contabilísticos.

#### Artigo 12.º - Tramitação dos processos de Contratação Pública

1. Os serviços devem utilizar obrigatoriamente uma plataforma eletrónica de compras ou meio de transmissão eletrónica de dados, para desenvolver a tramitação de todos os procedimentos de contratação pública relativos,

V. 11.  
122  
[Handwritten signatures and initials]

nomeadamente, às aquisições de bens e de serviços, às locações e às empreitadas ou concessões.

2. O disposto no número anterior deve ser sempre aplicável, independentemente do valor da despesa e mesmo que o procedimento a adotar seja o ajuste direto simplificado.

3. Cada procedimento para além de ter uma requisição associada deve estar devidamente justificado e suportado por uma informação prévia, de forma a se instruir respetivo o caderno de encargos.

4. De forma a garantir a disponibilização dos contratos nas datas pretendidas, cada unidade orgânica deve apresentar o respetivo pedido de compra respeitando os seguintes prazos de antecedência mínima:

- a) 5 dias para aquisições de valor inferior a € 5.000,00;
- b) 10 dias para aquisições de valor superior a € 5.000,00;
- c) 15 dias para aquisições de valor superior a € 20.000,00;
- d) 30 dias para aquisições de valor superior a € 75.000,00.

#### Artigo 13.º - Procedimento para a Realização da Despesa

1. Os concursos públicos ou limitados, os procedimentos de negociação ou diálogo concorrencial, serão efetuados de harmonia com as regras de contratação pública estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

2. São excluídas dos procedimentos de contratação as entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações de impedimentos referidos no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

3. A realização de trabalhos de construção, reconstrução, restauro, reparação, conservação ou adaptação de imóveis, bem como às concessões de obras públicas e fornecimentos de obras públicas aplica-se o regime constante do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro. Os processos de formalização dos respetivos contratos, a adotar são os seguintes:

3.1. Concurso público - para empreitadas de valor igual ou superior a 150.000,00€.

3.2. Consulta prévia - para empreitadas de valor inferior a 150.000,00€

3.3. Ajuste direto - para empreitadas de valor inferior a 30.000,00€



4. A realização de despesas com aquisição de bens e serviços, locação e aquisição de bens imóveis, regem-se pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro. Os procedimentos a adotar são os seguintes:

4.1. Concurso público – para aquisições cujo valor do contrato seja superior a 75.000,00€.

4.2. Consulta prévia – para aquisições cujo valor seja inferior a 75.000,00 €.

4.3. Ajuste direto – para aquisições cujo valor seja inferior a 20.000,00 €.

5. As adjudicações efetuadas ao abrigo do artigo 128º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro podem ser efetuadas sobre a fatura ou documento equivalente, quando o preço contratual não seja superior a 5.000 euros.

6. As despesas relativas a encargos de representação e a aquisição de bens para oferta que ultrapassem os 249,40 € mensais, despendidos de uma só vez ou fracionadamente carecem de autorização expressa do Presidente da Junta de Freguesia.

#### Artigo 14.º - Celebração e Formalização dos Contratos

1. Não há obrigatoriedade de celebração de contrato escrito nas seguintes condições:

1.1. Quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda € 10 000;

1.2. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços ao abrigo de um contrato público de aprovisionamento;

1.3. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços nos seguintes termos:

1.3.1. O fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços deva ocorrer integralmente no prazo máximo de 20 dias a contar da data em que o adjudicatário comprove a prestação da caução ou, se esta não for exigida, da data da notificação da adjudicação;

1.3.2. A relação contratual se extinga com o fornecimento dos bens ou com a prestação dos serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos; e

1.3.3. O contrato não esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas; ou

1.4. Quando se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15 000.

2. A redução do contrato a escrito pode ser dispensada pelo órgão competente para a decisão de contratar, mediante decisão fundamentada, quando:

2.1. A segurança pública interna ou externa o justifique;

2.2. Seja adotado um concurso público urgente; ou

2.3. Por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução ao contrato.

3. A competência para dispensa de contrato escrito na situação do número anterior, cabe à entidade competente para autorizar a despesa.

#### Artigo 15.º - Publicitação de Modificações ao Contrato

1. Os atos administrativos do contraente público ou os acordos entre as partes que impliquem quaisquer modificações objetivas do contrato e representem um valor acumulado superior a 15 % do preço contratual devem ser imediatamente publicitados, pelo contraente público, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, devendo a publicidade ser mantida até seis meses após a extinção do contrato.

2. A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia dos atos administrativos ou acordos modificativos, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

#### Artigo 16.º - Publicitação dos Ajustes Diretos e Consultas Prévias

1. A celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste direto ou consulta prévia deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.



2. A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

#### Artigo 17.º - Limitações à Contratação

1. Não podem ser convidadas a apresentar proposta empresas com as quais a autarquia já tenha celebrado, nesse ano económico ou nos dois anos económicos anteriores, contratos cujo objeto seja idêntico ou abranja prestações do mesmo tipo, e cujo preço contratual acumulado seja iguais ou superior aos limites da consulta prévia (€150.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €75.000,00 nas aquisições de bens e serviços) ou do ajuste direto (€30.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €20.000,00 nas aquisições de bens e serviços).
2. Não podem ser convidadas entidades que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestados serviços, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores.

#### Artigo 18.º - Conferência, Verificação e Registo da Despesa

A conferência, verificação e registo inerente à realização de despesas efetuadas, deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis (e Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, em particular pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

### Capítulo III

#### Disposições Finais

#### Artigo 19.º - Competências

Nos termos do disposto do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho (Repristinado - Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril), a junta de freguesia delega no seu presidente as competências para autorização de realização de despesas até ao limite de € 99.759,65.

#### Artigo 20.º - Assunção de Compromissos Plurianuais

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '511' and various initials.

1. Considerando que, conforme dispõe do artigo 12º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.
2. Face aos considerandos é dada autorização prévia e genérica, pela assembleia de freguesia, ao executivo para a assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:
  - 2.1. Resultem dos projetos ou ações constantes nas Grandes Opções do Plano;
  - 2.2. Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,65 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos);
  - 2.3. Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma físico de investimentos ou outros legalmente previstos, desde que não impliquem aumento da despesa;
  - 2.4. Sejam despesas de funcionamento de carater continuado e repetitivo, observando os limites impostos pelo regime da contratação pública, destacam-se nomeadamente as despesas com os acordos do IEF, com seguros, com encargos de instalações, com serviços de apoio e com as telecomunicações.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia de Freguesia deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

#### Artigo 21.º - Fundos disponíveis - Utilização o saldo de gerência anterior

Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência anterior, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro, sendo esta utilização distinta da sua integração no orçamento, que ocorrerá nos termos da legislação em vigor.

#### Artigo 22.º - Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com a regras e procedimentos previstos nas presentes normas e na legislação em:
  - a) Vencimentos e salários;

J. 11.  
125  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

- b) Subsídio familiar a crianças e jovens;
  - c) Encargos de Saúde;
  - d) Rendas, alugueres e outras avenças mensais;
  - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos dependentes;
  - g) Água, energia elétrica e gás;
  - h) Comunicações telefónicas e postais;
  - i) Prémio de seguros;
  - j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais;
  - k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional;
  - l) Encargos de instituições bancárias;
  - m) Encargos de empréstimos e locações;
  - n) Emolumentos;
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

#### Artigo 23.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas suscitadas na execução do orçamento e na aplicação do seu regulamento são esclarecidas por despacho do Presidente da Junta.

11.11.  
12.2.  
12.2.  
12.2.  
12.2.  
12.2.

# I – AS OPÇÕES DO PLANO

J-11-  
123  
[Handwritten signatures and initials]

## 1. Missão, Objetivos e Estratégia

### 1.1. Missão

A **Freguesia de Oliveira do Bairro** tem por missão a **gestão dos interesses próprios da população**, no âmbito das competências que lhe são conferidas pelo quadro jurídico em vigor, promovendo o desenvolvimento equilibrado e sustentável do seu território.

Para o efeito, utiliza de forma responsável, eficiente e transparente **todos os recursos humanos, materiais e financeiros ao seu dispor**, visando a valorização dos fatores sociais, económicos, culturais e ambientais que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

### 1.2. Visão

A **Freguesia de Oliveira do Bairro** pretende afirmar-se como uma **autarquia de proximidade, moderna, inclusiva e sustentável**, capaz de planear, definir e implementar estratégias orientadas para o desenvolvimento integrado do território, com especial enfoque nas áreas **social, ambiental, educativa, cultural e desportiva**.

A sua atuação assenta numa **gestão eficiente, rigorosa e transparente dos recursos públicos**, promovendo a **coesão social**, a valorização do capital humano e o diálogo permanente com instituições, cidadãos, associações e agentes económicos locais, de acordo com as melhores práticas de gestão autárquica.

U. 11.  
R. 2.  
A. 1.

### 1.3. Valores

A atuação da **Freguesia de Oliveira do Bairro** é orientada por um conjunto de **valores fundamentais**, designadamente o **compromisso com o cidadão**, a **valorização da componente humana**, o **rigor**, a **integridade** e a **transparência** na gestão pública, a **responsabilidade social**, a **cidadania ativa** e a **lealdade institucional**, assegurando uma relação de **confiança** e **proximidade** com a comunidade.

### 1.4. Responsabilidade Social

A **responsabilidade social** constitui um eixo estruturante da intervenção da **Freguesia de Oliveira do Bairro**, refletindo-se na **qualidade dos serviços públicos** prestados e na adoção de **boas práticas de gestão pública**. A autarquia integra nos seus objetivos preocupações com o **ambiente**, a **comunidade local** e o **capital humano**, assegurando o **cumprimento da legislação** e dos **regulamentos aplicáveis**, promovendo a **proteção ambiental** e a **gestão responsável dos recursos naturais**, adotando uma atuação **transparente, participada e responsável**, com **prestação de contas** e garantia, quando aplicável, do cumprimento das **normas de segurança alimentar**.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '11' and various initials.

### 1.5. Objetivos

No âmbito das **Opções do Plano, do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos**, a **Freguesia de Oliveira do Bairro** assume como objetivos a **concretização das ações previstas**, de acordo com as **dotações financeiras disponíveis** e os recursos expectáveis do seu regular funcionamento. Para o período abrangido por este plano, é definido um conjunto articulado de objetivos estratégicos, com um **horizonte móvel de quatro anos**, que visa **reforçar o posicionamento da freguesia no concelho**, **melhorar o bem-estar e a qualidade de vida da população**, **dinamizar a atividade económica local** e **promover o desenvolvimento cultural e social**.

### 1.6. Estratégias

A concretização dos objetivos definidos assenta num conjunto coerente de **estratégias de atuação**, a desenvolver ao longo do exercício de **2026** e, quando necessário, nos anos seguintes. O Executivo privilegia o **reforço da cooperação institucional**, a **procura ativa de parcerias e financiamentos**, a **melhoria das acessibilidades e da mobilidade**, a **qualificação do ambiente urbano e rural** e a **modernização dos processos de gestão**, com vista à **melhoria contínua da qualidade e eficiência dos serviços prestados à população**.

## 2. Áreas de Ação

### Introdução

O presente Plano de Atividades e Orçamento da Junta de Freguesia constitui um documento estratégico de planeamento e gestão, no qual se definem as principais orientações, objetivos e ações a desenvolver ao longo do período em análise, bem como a previsão e afetação dos respetivos recursos financeiros. Este instrumento assume um papel fundamental na organização da atividade da Junta de Freguesia, permitindo uma intervenção estruturada, responsável e ajustada às necessidades da população local.

A elaboração deste plano teve por base uma análise cuidada da realidade social, económica e territorial da freguesia, bem como o enquadramento legal aplicável às autarquias locais. As atividades previstas procuram responder às prioridades identificadas, promovendo a melhoria contínua dos serviços prestados, a valorização do espaço público, o apoio às instituições e associações locais, e o desenvolvimento de iniciativas nas áreas social, cultural, educativa, desportiva e ambiental.

O orçamento apresentado reflete uma gestão criteriosa e equilibrada dos recursos disponíveis, respeitando os princípios da legalidade, transparência, rigor financeiro e sustentabilidade. A afetação das verbas foi realizada de forma a garantir a execução das atividades planeadas, assegurando simultaneamente a manutenção do funcionamento regular da Junta de Freguesia e o cumprimento das suas responsabilidades financeiras.

Este Plano de Atividades e Orçamento pretende, assim, ser um instrumento orientador da ação do executivo, próximo, participativo e responsável. A Junta de Freguesia reafirma, através deste documento, o seu compromisso com a



defesa do interesse público, a boa gestão dos recursos públicos e a promoção do bem-estar, da coesão social e da qualidade de vida de todos os fregueses.

## Ação Social

O nosso maior projeto de cariz Social, peso embora também a sua componente Educativa, é a nossa Universidade Sénior.

Em termos operacionais a UNISOB iniciou o seu novo ano letivo no passado mês de Outubro mantendo-se em termos organizativos a capacitação de elemento do executivo da Junta de Freguesia com o pelouro para o acompanhamento diário e presencial de toda a operativa da universidade quer ao nível administrativo, financeiro e logístico quer formativo. Atualmente contamos com cerca de 140 alunos inscritos.

O grandes propósitos e objetivos dos últimos anos foram atingidos. A renovação do parque

**Novo Ano Letivo**

**25 Oferta Formativa 26**

Tel. 234745284 - Telemóvel 961272286 - unisob@sapo.pt

Matriculas a partir de: 15 de Setembro Início das Aulas: 1 de Outubro

Informática	Tecnologias Móveis	Inglês
Introdução à Língua e Cultura Italiana		
Bandolim	Cavaquinho	Tuna (TUNISOB)
Culinária	Ginástica	Pilates
Caminhadas	Artes Decorativas	
Arte Floral	Arraiolos	Bordados
Macramé	Mindfulness	Psicologia
Espiritualidade	Ginástica Mental	
Alegria	Otimismo e Felicidade	Inteligência Emocional
Marchas Populares	Teatro	Programação Neurolinguística
Walking Football (Futebol a Andar)	Saúde e Bem Estar	

*uma escola de vida*

**UNIVERSIDADE SENIOR DE OLIVEIRA DO BAIRRO**

Rua Santo Nome de Jesus - Antiga Escola Primária do Cercal (junto à Igreja do Cercal) 5770-106 Oliveira do Bairro

informático, a instalação de equipamentos de ar condicionado, a capacitação da UNISOB com um técnico superior e um assistente técnico no quadro do pessoal e a aquisição de novos trajes para a Tuna foram amplamente concretizados. Iniciámos o ano letivo com um numero recorde de alunos o que nos obriga a continuar a dinamizar o projecto que cada vez mais tem de se envolver com a

V-11.  
 22  
 H. 11  
 H. 11

comunidade beneficiando a mesma com o valor acrescentado que aqui se produz. Sabemos da importância deste projeto, sabemos da importância da socialização, sabemos da importância do convívio na maior idade, o contacto com terceiros e o peso que tudo isto tem na manutenção e promoção da independência mental e física dos nossos alunos e consequentemente nas mais valias que tal aporta ao seu núcleo familiar. Desta forma será este o nosso compromisso para o resto do ano letivo assim como, continuar com a organização de torneio nacional de *Walking Football* e envolver ativamente a UNISOB no projeto “Vamos até si”.

No que diz respeito ao Protocolo de Apoio financeiro entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro levaremos a cabo todas as diligências no sentido de promover mais e melhores apoios a este projeto concelhio único.

Outro projeto de ação social desta Junta de Freguesia é o nosso “Bebé Feliz” que se tem revelado uma resposta social concreta e muito efetiva de importância cada vez mais relevante no nosso território. Continuaremos a fomentar e a divulgar o mesmo assim como os peditórios realizados. Assim como este manteremos o nosso projeto “Mamã Cegonha” que em 2025 atingiu o número recorde de famílias apoiadas desde a sua génese.



No que concerne ao papel social/solidário quotidiano procuraremos estar vigilantes e atentos para que as respostas dadas sejam eficientes e o encaminhamento de casos cheguem rapidamente às entidades competentes e decisoras em particular numa fase de recessão económica e social.

Iremos dar continuidade ao nosso projeto social “Tampinhas” que tem por base a recolha de tampas de plástico, a sua reciclagem, tratamento e posterior retorno financeiro para aplicação em projetos existentes e/ou definidos pela comunidade. Para além de ser um projeto de cariz social terá como pilares a sustentabilidade, a importância da preservação do meio ambiente, da reciclagem seletiva assim como o fator promotor de sentimento de unidade da comunidade e partilha de uma causa. Atualmente conta com dois coletores situados na zona poente e nascente da freguesia.



### Educação

Na temática da Educação teremos como prioridade o acompanhamento da sua evolução através de uma estreita ligação entre as coordenações dos Polos Escolares, o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro e as associações de pais com as quais já reunimos demonstrando a total disponibilidade para o apoio nas matérias necessárias. Esta ligação de parceria e envolvimento será privilegiada e mantida no decorrer do nosso mandato.

Continuaremos a promover a relação entre a comunidade e os Polos Escolares através de projetos conjuntos como a “Castanha na Cidade” e o “Tampinhas”.

Continuaremos a apoiar as Associações de Pais de ambos os Polos Escolares através de uma presença regular e próxima de um elemento do Executivo sempre disponível a auscultar, sinalizar e identificar situações que careçam da nossa intervenção ou de comunicação às entidades municipais assim como do apoio financeiro sempre que nos pareça oportuno e viável.

3Continuaremos a assumir a aquisição e entrega efetiva dos materiais de Expediente e Limpeza para os Alunos do Pré-Escolar e 1º Ciclo de Oliveira do Bairro.

No sentido de procurar um processo educativo mais inclusivo, equitativo e por outro lado diferenciador, na sequência da entrega gratuita dos cadernos de atividades em 2018, iremos continuar a entrega gratuita do material de desgaste, solicitado no início de cada ano letivo pelos professores, a todos os alunos do 1º ciclo dos polos de Oliveira do Bairro e Vila Verde.

Vamos procurar até ao final do mandato alargar este benefício aos alunos do Pré-Escolar.



**O KIT INCLUI (POR ALUNO):\***

1-Bonito da papel da fotocópia	2-Lápis corvã nº2
1-Dessler folegado largo	1-Caneta lápis cor dos grandes
2-Cadernos quadriculados pontados	1-Afinadora com depósito
1-Caderno agredido quadrado	1-Tecador de pontas redondas
2-Borrachas brancas	1-Tubo de cola branca
1-Caneta de marcador	1-Tubo de cola líquida
	1-Estereografia azul

\* KIT escolar para todos os alunos do 1º Ciclo de Freguesia de Oliveira do Bairro



### Desporto e Atividades Recreativas

O foco para 2026 será o de manter a realização de todas as atividades recreativas planeadas como o “Oliveira a Mexer”, o “Bairrada Eco Challenge” e recriar novamente as “Emoções aos Fardos” que foram um verdadeiro sucesso regional com repercussão nacional.

As associações da nossa freguesia serão convidadas a participar, à imagem do sucedido na última edição, de forma a que com a sua cooperação e empenho confirmem grandeza ao evento e, pelo seu trabalho, retorno financeiro.

Manteremos cabimentado o projeto Natal em Movimento com o apoio ao Concerto de Natal promovido em parceria com a

Paróquia de Oliveira do Bairro assim como uma ação concertada com a ACIB junto do comércio local e cidade de Oliveira do Bairro.

Vamos acompanhar de forma regular as atividades dos nossos clubes e associações desportivas com a presença nos treinos e em provas mantendo estreita ligação com os seus dirigentes de forma a mitigar os seus problemas. Continuaremos assim a ajudar e apoiar o desenvolvimento e progressão destas coletividades. Não obstante, manteremos o nosso contributo com a mão de obra, equipamento e maquinaria para limpeza, manutenção, conservação de espaços próprios e circundantes às nossas associações.



S. 11.  
1-2-2  
✓  
\$ \$  
Alentejo

### Cultural Patrimonial

Vamos manter a aposta na política cultural de proximidade com a reformulação de algumas ideias iniciais. Vamos manter o projeto “Castanha na Cidade” em estreita ligação com os Polos Escolares/UNISOB/ Comércio Local e investir no conceito “Oliveira a Mexer”, assim como outros momentos que privilegiarão o contacto entre a nossa gente, a nossa terra, os nossos costumes e o nosso património.



A intenção é clara. Fazer um melhor aproveitamento das verbas gastas potenciando um evento que ocorreu com muito sucesso num local de grande centralidade como é o Parque de estacionamento junto ao Tribunal de Oliveira do Bairro.

No que diz respeito a outros novos projetos e aos já existentes teremos as seguintes tomadas de posição:

**Projeto “Cultura Sénior”** – Continuar a proporcionar, em destino de referência a definir, momentos de lazer, interação, conhecimento e partilha entre a população com mais de 65 anos da Freguesia. Dado tratar-se de uma iniciativa em crescendo procuraremos continuar com o apoio da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro na cedência da logística necessária à realização do mesmo.

**Visita no Período da Tarde**

**Santuário do Sameiro**  
*Nossa Senhora Nossa Senhora do Sameiro*



O Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, situado em Braga, é um dos mais importantes locais de peregrinação em Portugal, com a sua origem ligada ao Santuário de Fátima. Construído no Monte do Sameiro, a cerca de 300 metros do rio, possui uma zona benfazeira onde se encontra a capela e a Igreja-mãe.

**HISTÓRIA:**  
A construção do santuário teve início em 14 de junho de 1863, impulsionada pelo Padre Marinho António Pereira de Silva, natural de Braga. Motivado pela preocupação do dogma da Imaculada Conceição em 1854, o padre decidiu erguer um monumento em honra da Mãe Imaculada no topo do monte. Em 1869, foi colocada uma imagem da Nossa Senhora da Conceição na localidade.  
A primeira capela foi inaugurada em 19 de agosto de 1877. Posteriormente, em 23 de agosto de 1880, chegou ao santuário uma nova imagem da Nossa Senhora, esculpida em Roma por Eugénio Macagnani e dedicada ao Papa Pio IX. Esta imagem é coroada com uma coroa de ouro de puro maciço e brilha em 1914, oferecida em 1954 pelas mulheres portuguesas, incluindo a Rainha D. Amélia de Orléans.  
A construção do atual templo começou em 1880, com destaque para o altar-mor em mármore branco sobre o alicerce de granito. Em 12 de junho de 1912, a imagem da Virgem foi coroada solenemente, pelo Nuncio Apostólico, Monsenhor José Macchi, delegado especial do Papa Pio X.  
Ao longo do século XX, o santuário foi remodelado com diversos elementos, como a capela encimada em 1936 e o outro presbitério inaugurado em 1957 e os túneis de santos debruços marmoreos instalados entre 1956 e 1959. Em 1982, o Papa João Paulo II visitou o santuário e em 2004, este foi distinguido com o título de Curia-petrus, mas o pontifício.

**Contatos importantes:**

**Organização:**  
916727305 | 961375088


**Restaurante "O GATO DO RIO":**  
253 677 078

**PSP Braga:**  
253 200 420

**PASSEIO SÉNIOR Braga**

**13 JULHO 2025**

**Saída: 08h00 | Chegada 19h00**



Organização:



**Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro**



**Projeto "Turismo Industrial"** – Vamos procurar reformular este projecto com novas ofertas e novas opções de visita procurando estabelecer parceria com entidades promotoras de turismo local e regional assim como com a rede de universidades seniores nacionais.

**Projeto "Visita Santuário de Fátima"** – Projeto a realizar em Janeiro de cada ano com a cedência de autocarros para o transporte dos fregueses.

**Projeto "Lado a Lado" com Bombeiro Voluntários de Oliveira do Bairro** – Expansão este projeto a todas as freguesias do concelho de Oliveira do Bairro de forma rotativa em função do local anualmente definido para a cerimónia do aniversário da associação que em 2026 será Bustos.

A somar ao anterior dito, manteremos mediante a nossa disponibilidade e dinâmica apresentada por todas as associações, o apoio que nos seja viável.

V. 11.  
123  
H. H. H.

Relativo ao Património vamos focar-nos nos seguintes tópicos:

- Requalificação e construção de valetas, caixas de água e tubagens para escoamento de águas pluviais.
- Construção de passeios conforme levantamento de necessidades dando primazia a locais de maior circulação de pessoas
- Criação do projeto “Peões Seguros” que visa a promoção da construção de passeios pelos proprietários através da criação de um incentivo
- Iremos continuar a promover a manutenção, requalificação e identificação das nossas Fontes e Lavadouros.
- Com o recurso ao BUPI (Balcão Único do Prédio) mapear e geo-localizar todo o património da freguesia de forma digital.
- Manutenção e reparação de caminhos rurais e agrícolas quando necessário através do uso da cedência da motoniveladora da Câmara Municipal. Em colaboração com o Departamento de Ambiente da Câmara Municipal iremos proceder ao levantamento e denúncia de terrenos quer em território urbano quer em território rural que constituam uma má imagem para a nossa freguesia, situações de ameaça à saúde pública ou riscos elevados para a comunidade como são os casos dos incêndios. Iremos identificar os “caminhos de missa” com sinalética toponímica vertical .
- Manter otimizado o cuidado, corte e arranjo dos espaços verdes a nosso cargo.



V. 11  
125  
H. 11  
H. 11  
H. 11

### Ambiente e Cemitério

No que diz respeito ao quadro de competências do Ambiente reforçaremos o nosso papel atento sobre os problemas que vão surgindo pela Freguesia e reencaminharemos as participações necessárias, a fim de que, os serviços camarários as possam resolver.

A importância do Rio Cértima e Levira reforça a nossa exigência no foco sobre a sua manutenção e zelo sendo este um dos nossos principais objetivos através da continua promoção da rota das cegonhas, do “Bairrada Eco Challenge” , das “Emoções aos Fardos” e de um trabalho inicial de forma a poder incluir a “Rota das Cegonhas” como percurso alternativo dos caminhos de Santiago.

Manteremos todo o nosso foco assim como todos os esforços no sentido de promover a cobertura da rede de Saneamento na Freguesia junto da Câmara Municipal e entidades competentes.

No pelouro do Cemitério teremos como principal objetivo, o embelezamento das zonas permeáveis e a avaliação da possibilidade da instalação de equipamentos de videovigilância.



J.J.J.  
Handwritten signatures and initials in purple ink.

## Inovação e Empreendedorismo

Neste quadro manteremos as seguintes iniciativas: Reuniões Anuais descentralizadas em todos os lugares da Freguesia de forma a estar mais próximo dos fregueses auscultando os problemas e levantando as necessidades “in loco”, manteremos a nossa dinâmica e presença via Facebook e Instagram.

Continuaremos a divulgar e promover a nossa APP Telemóvel com a possibilidade de reporte de ocorrências com geo-localização que permite uma maior facilidade de contacto dos Fregueses e conhecimento de todas as ocorrências que surjam no nosso território assim como o registo no balcão virtual.

Iremos continuar a fomentar, o nosso “Íman”, peças de arte urbana, peça escultórica e a nossa identidade da “Cegonha” dentro e fora do nosso território trabalhando na sua disseminação pelo maior número de lugares possíveis de forma a promover a nossa terra, a nossa cultura e património.

A transição e modernidade digital são para nós dois fatores de extrema importância autárquica e de afirmação de um território adaptado ao quotidiano e às exigências do mundo de hoje. Queremos uma Junta de Freguesia moderna e virada para o futuro de forma a poder otimizar todos os seus serviços de forma eficiente, logística e financeiramente falando, célere e focada no apoio aos nossos fregueses. Já esta em funcionamento o Balcão digital e o serviço “Junta ON” a ser otimizado e as primeiras comunicações via SMS já surgiram.

O balcão digital permite o tratamento de muitas situações que hoje são exclusivamente feitas de forma presencial através desta plataforma à distância incluindo pagamentos por referência MB.

### Organização Administrativa

A excelência no atendimento continuará a merecer a nossa atenção, maximizando o potencial das tecnologias de que dispomos, provendo os funcionários das competências necessárias ao bom desempenho das suas funções, dando assim, uma nova dinâmica à nossa Missão que é servir os nossos cidadãos.

Esta Freguesia continuará:

- Promover a reorganização e modernização dos serviços administrativos, prestando um serviço global de qualidade com base na promoção da transparência dos atos e decisões;
- Equipar a sede, de um moderno software, tendo em conta exigências atuais
- Proceder à avaliação de desempenho de todos os funcionários.
- Continuaremos a utilizar as potencialidades da página web, com o objetivo de divulgar as atividades que a autarquia apoia ou organiza, desenvolvendo e melhorando os seus conteúdos, procurando manter atualizada toda a informação que lhe diz respeito.

Dando cumprimento ao definido nos Artº.s 29ª. e 31º. da Lei 35/2014, de 20 de junho e em alinhamento com as linhas estratégicas definidas para 2025, a autarquia elaborou o seu Mapa de Pessoal, tendo como objetivo prosseguir a adequação da estrutura organizacional às necessidades e dimensão dos serviços com vista a melhorar a organização e a gestão pública em ordem ao cumprimento da visão e missão da Junta de Freguesia.

### 3. DIREITO DE OPOSIÇÃO – Lei n.º 24/98

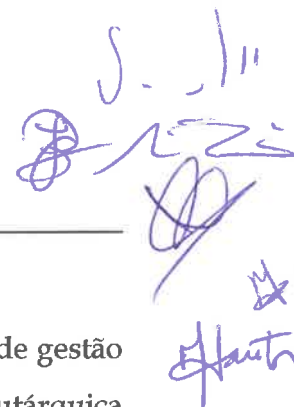
Nos termos do **Estatuto do Direito de Oposição**, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o Executivo procedeu à **consulta prévia** aos grupos e forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia, garantindo o direito de participação, apreciação e formulação de sugestões relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2026.

Foram solicitados contributos a todos os grupos com assento na Assembleia, bem como consideradas as propostas que, no âmbito do exercício democrático e plural, nos foram transmitidas por cada força política. O Executivo agradece a colaboração prestada, reconhecendo a importância do diálogo institucional e da partilha de ideias na construção de uma Freguesia mais **participada, próspera e coesa**.

As sugestões recebidas serão analisadas, ponderadas e integradas no processo de decisão sempre que se revelem pertinentes, exequíveis e alinhadas com o interesse público e com os princípios estratégicos definidos para 2026.

11.11.2025  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

## II - ORÇAMENTO

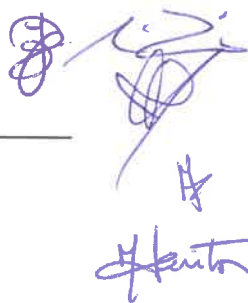


As Opções do Plano e o Orçamento são dois importantes documentos de gestão contendo o quadro previsional, em função do qual a administração autárquica desenvolve a sua ação na prossecução dos interesses autárquicos. Constituem os instrumentos legais, com base nos quais, a freguesia, assegura a sua gestão, ao longo do ano. Assim, na elaboração das Opções do Plano e Orçamento, constitui primeira preocupação a priorização das necessidades, face aos meios financeiros disponíveis ou a obter.

## 1. Nota de Enquadramento

No seguimento das propostas apresentadas para o quadriénio 2026/2029, terminamos o pretérito exercício com sentido do dever cumprido e conscientes de que ainda temos muito trabalho pela frente na prossecução de todos os objetivos a que nos propusemos. A presente proposta consubstancia um vasto conjunto de atividades e orientações a ser executadas pela Freguesia, na figura dos seus diversos serviços, durante o ano de 2026, tendo por fim último a melhoria das condições de vida de todos, a par de um desenvolvimento sustentável.

Os documentos previsionais para o exercício de 2026 consubstanciam, naquele contexto, uma vez mais, um rigoroso e prudente exercício de prospetiva e uma demonstração inequívoca, sustentada nos resultados alcançados em exercícios anteriores, da sustentabilidade orçamental e financeira. Este Executivo continua e alicerça neste exercício de 2026, uma vez mais, uma gestão rigorosa, económica, eficiente e eficaz, reconhecendo que a salvaguarda dos interesses próprios das populações, que legitimamente representa, só é possível se proporcional aos recursos disponíveis.


0-11-  
  
 H  
 H. Bento

## 2. Enquadramento Macroeconómico

A elaboração do Orçamento para 2026 decorre num contexto económico nacional moderadamente positivo, ainda condicionado por fatores de incerteza internacional, exigindo prudência, rigor e gestão eficiente dos recursos públicos.

De acordo com o Orçamento do Estado para 2026, prevê-se que a economia portuguesa mantenha uma trajetória de crescimento sustentado, com o PIB real a aumentar 2,3%, acima da estimativa para 2026. Esta evolução será impulsionada pela procura interna, em particular pelo investimento e pelo consumo privado, enquanto as exportações deverão registar um comportamento mais moderado, influenciado pelo contexto económico europeu e pelas tensões geopolíticas internacionais.

Indicador	2024	2026	2026
PIB	2,1	2,0	2,3
Consumo privado	3,0	3,4	2,7
Consumo público	1,5	1,5	1,2
Investimento (FBCF)	4,2	3,6	5,5
Exportações de bens e serviços	3,1	3,6	2,5
Importações de bens e serviços	4,8	4,0	3,6
Procura interna (p.p.)	2,9	3,2	3,1
Procura externa líquida (p.p.)	-0,7	-1,2	-0,9
Deflator do PIB	4,8	3,6	2,5
IHPC	2,7	2,4	2,1
Emprego	0,7	1,7	0,9



Taxa de desemprego (%)	6,4	6,1	6,0
Produtividade aparente do trabalho	1,4	0,3	1,4
Remuneração por trabalhador	7,5	5,4	5,3
Saldo balança corrente e capital (% PIB)	2,8	3,1	3,0
Saldo balança corrente	1,7	1,1	0,7
Saldo balança capital	1,0	2,0	2,3

Cenário macroeconómico

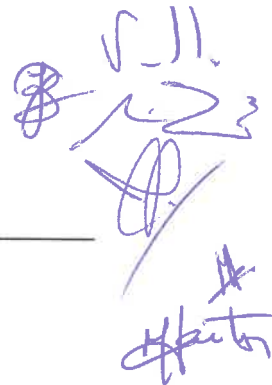
Instituto Nacional de Estatística; Ministério das Finanças

A **inflação (IHPC)** deverá reduzir-se para **2,1%** em 2026, aproximando-se do objetivo do Banco Central Europeu. Apesar deste abrandamento, persistem pressões significativas nos preços dos serviços essenciais, energia e bens alimentares, condicionando os custos operacionais das entidades do setor social.

O mercado de trabalho deverá continuar a evoluir positivamente, com um aumento de **0,9% no emprego** e a estabilização da **taxa de desemprego nos 6,0%**. As **remunerações por trabalhador** deverão crescer **5,3%**, refletindo a política de rendimentos e as atualizações salariais transversais.

No plano das contas públicas, prevê-se um **saldo ligeiramente excedentário (0,1% do PIB)** e a continuação da trajetória de redução da dívida pública para **87,8% do PIB**, reforçando a estabilidade financeira. A execução dos fundos europeus (PT2030 e PRR) continuará a ser determinante para o investimento público e privado e uma variável crítica para o desempenho económico em 2026.





### 3. Orçamento SNC-AP

O novo normativo traz uma nova forma de contabilização referente a contabilização da receita e da despesa, consequência da nova Classe 0, assim como novas demonstrações e melhorias nas demonstrações e mapas existentes em comparação ao POCAL. O modelo de orçamento do SNC-AP, deixa de lado o foque na classificação económica e procura conjugar a parte da receita com a da despesa, oferecendo alguns indicadores orçamentais importantes como o Saldo Global, Corrente, de Capital e o Saldo Primário.

O Saldo global corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva. O Saldo primário corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros. O Saldo corrente corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes. O Saldo de capital corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.

Pelo novo normativo este orçamento terá obrigatoriamente uma perspetiva de médio prazo.

Em 2026, prevê-se um ambiente de maior estabilidade económica, com uma inflação moderada e um ritmo de crescimento positivo. Ainda assim, subsistem pressões relevantes sobre a estrutura de custos das instituições, exigindo um planeamento prudente, realista e sustentado.

A inflação projetada de 2,1% serviu como referência para a atualização das principais rubricas orçamentais, garantindo a coerência com as previsões oficiais e com a política europeia de estabilidade de preços. Assim, todas as atualizações orçamentais foram definidas na ordem dos 2,1%, assegurando uniformidade e prudência nos critérios adotados.

## FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Rubrica	Designação	Orçamento 2026		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
R1	Receita corrente	8,00 €	347.798,71 €	347.811,71 €	367.411,71 €	374.754,78 €	381.697,78 €	388.646,88 €
R1.1	Receita fiscal	0,00 €	10.555,00 €	10.555,00 €	10.774,66 €	10.999,11 €	11.219,87 €	11.441,83 €
R1.1.1	Impostos diretos	0,00 €	10.555,00 €	10.555,00 €	10.774,66 €	10.999,11 €	11.219,87 €	11.441,83 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, emendas e outros penalizantes	0,00 €	8.115,00 €	8.115,00 €	28.660,55 €	28.660,55 €	28.660,55 €	28.660,55 €
R4	Revolventes de propriedade	0,00 €	1.078,80 €	1.078,80 €	1.078,80 €	1.078,80 €	1.078,80 €	1.078,80 €
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	303.243,71 €	303.243,71 €	309.611,83 €	315.979,55 €	322.348,07 €	328.716,18 €
RS.1	Transferências correntes	0,00 €	303.243,71 €	303.243,71 €	309.611,83 €	315.979,55 €	322.348,07 €	328.716,18 €
RS.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	242.254,87 €	242.254,87 €	253.451,55 €	259.865,08 €	266.278,60 €	272.692,13 €
RS.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	242.254,87 €	242.254,87 €	253.451,55 €	259.865,08 €	266.278,60 €	272.692,13 €
RS.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	44.853,84 €	44.853,84 €	43.787,81 €	46.739,79 €	47.683,78 €	48.627,73 €
RS.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RS.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RS.1.1.5	Administração Local	0,00 €	205,89 €	205,89 €	209,31 €	212,81 €	217,80 €	222,22 €
RS.1.2	Exterior - U.E.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RS.1.3	Outras	0,00 €	15.928,80 €	15.928,80 €	16.260,45 €	16.594,69 €	16.929,24 €	17.263,78 €
RS.2	Transferências correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	0,00 €	3.870,00 €	3.870,00 €	3.891,37 €	4.033,34 €	4.175,81 €	4.318,28 €
R7	Outras receitas correntes	0,00 €	21.809,90 €	21.809,90 €	21.496,19 €	21.695,30 €	21.894,41 €	22.093,52 €
R8	Receita de capital	0,00 €	12.870,00 €	12.870,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9	Venda de bens de investimento	0,00 €	12.870,00 €	12.870,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	20,00 €	20,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Transferências de capital	0,00 €	20,00 €	20,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	20,00 €	20,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	20,00 €	20,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U.E.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R11	Reposição não abrangida nos parâmetros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R12	Receita efetiva [1]	0,00 €	360.668,71 €	360.668,71 €	367.411,71 €	374.754,78 €	381.697,78 €	388.646,88 €
R13	Receita não efetiva [2]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R14	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R15	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R16	Receita de capital	0,00 €	12.870,00 €	12.870,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R17	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R18	Receita total [13-17]	0,00 €	360.668,71 €	360.668,71 €	367.411,71 €	374.754,78 €	381.697,78 €	388.646,88 €

## Q.01 -Orçamento SNC-AP (Receita)

Rubrica	Designação	Orçamento 2026		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
D1	Despesa corrente	8,00 €	330.618,71 €	330.618,71 €	337.561,71 €	344.504,78 €	351.447,78 €	358.390,88 €
D1.1	Despesas com pessoal	0,00 €	214.279,69 €	214.279,69 €	218.779,56 €	223.279,43 €	227.779,30 €	232.279,18 €
D1.1.1	Remunerações Fixas e Permanentes	0,00 €	172.825,39 €	172.825,39 €	178.225,39 €	178.625,39 €	183.025,39 €	183.425,39 €
D1.1.2	Alugueres Variáveis ou Eventuais	0,00 €	3.653,73 €	3.653,73 €	3.750,49 €	3.847,25 €	3.944,01 €	4.040,77 €
D1.2	Segurança social	0,00 €	38.000,00 €	38.000,00 €	38.250,00 €	38.500,00 €	38.750,00 €	39.000,00 €
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00 €	58.835,02 €	58.835,02 €	57.311,77 €	58.388,49 €	58.961,24 €	59.534,00 €
D3	Juros e outras encargas	0,00 €	10,00 €	10,00 €	10,21 €	10,42 €	10,63 €	10,84 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €	43.615,00 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	850,00 €	850,00 €	867,81 €	885,62 €	903,43 €	921,24 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	850,00 €	850,00 €	867,81 €	885,62 €	903,43 €	921,24 €
D4.1.2	Exterior - U.E.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.3	Outras	0,00 €	31.824,00 €	31.824,00 €	32.492,80 €	33.161,60 €	33.830,40 €	34.499,20 €
D4.2	Outras despesas correntes	0,00 €	3.025,00 €	3.025,00 €	3.081,42 €	3.137,84 €	3.194,26 €	3.250,68 €
D5	Outras despesas correntes	0,00 €	18.890,00 €	18.890,00 €	18.890,00 €	18.890,00 €	18.890,00 €	18.890,00 €
D6	Aquisição de bens de capital	0,00 €	30.050,00 €	30.050,00 €	30.250,00 €	30.450,00 €	30.650,00 €	30.850,00 €
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Exterior - U.E.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.2	Exterior - U.E.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.3	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Despesa efetiva [8]	0,00 €	360.668,71 €	360.668,71 €	367.411,71 €	374.754,78 €	381.697,78 €	388.646,88 €
D9	Despesa não efetiva [9]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D11	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D12	Despesa de capital	0,00 €	30.050,00 €	30.050,00 €	30.250,00 €	30.450,00 €	30.650,00 €	30.850,00 €
D13	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Rubrica	Designação	Orçamento 2026		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
D12	Despesa total [12-13]	0,00 €	360.668,71 €	360.668,71 €	367.411,71 €	374.754,78 €	381.697,78 €	388.646,88 €
D13	Saldo total [13-12]	0,00 €	-0,00 €	-0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D14	Saldo global [14-13]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D15	Despesa corrente	0,00 €	360.668,71 €	360.668,71 €	367.411,71 €	374.754,78 €	381.697,78 €	388.646,88 €
D16	Saldo corrente	0,00 €	17.180,00 €	17.180,00 €	30.250,00 €	30.450,00 €	30.650,00 €	30.850,00 €
D17	Saldo de capital	0,00 €	-17.180,00 €	-17.180,00 €	-30.250,00 €	-30.450,00 €	-30.650,00 €	-30.850,00 €
D18	Saldo líquido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

## Q.02 -Orçamento SNC-AP (Despesa)

A criação de rubricas nas demonstrações orçamentais permite normalizar a estrutura destes elementos de relato à semelhança das demonstrações

financeiras, deixando assim de se apresentar a execução orçamental em toda a extensão dos classificadores orçamentais utilizados pelas entidades.

Estas novas demonstrações não são apresentadas ao nível do detalhe do classificador económico da receita e da despesa, existe, contudo, uma correspondência entre os códigos da classificação económica da receita e da despesa, previstos no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais.

Sendo a finalidade de uma demonstração previsional indicar de que modo e em que montante se prevê arrecadar recursos e quais os fins previstos para a sua utilização, a informação assim apresentada não nos parece suficiente pelo que vamos procurar desdobrar esta informação nos capítulos subsequentes.

#### 4. Recursos Financeiros

Os dados orçamentais históricos, a atividade desenvolvida durante o ano de 2025, ambos pautados pelo rigor e controle na conjugação dos fluxos financeiros de entrada (recebimentos / receitas) e de saída (compromissos assumidos / pagamentos / despesa), constituíram, nesta fase de preparação e apreciação das Opções do Plano e Orçamento elemento importante na perspetivação das previsões para o ano de 2026.

Em termos globais o orçamento apresenta um acréscimo de 13,88% face ao orçamento inicial de 2026, no montante de 43.972,94 euros.

	2026	%	2025	%	Variação	%
Receitas Correntes	347 798,71 €	96,43%	309 825,77 €	97,83%	37 972,94 €	
Receitas de Capital	12 870,00 €	3,57%	6 870,00 €	2,17%	6 000,00 €	
	<b>360 668,71 €</b>		<b>316 695,77 €</b>		<b>43 972,94 €</b>	<b>13,88%</b>

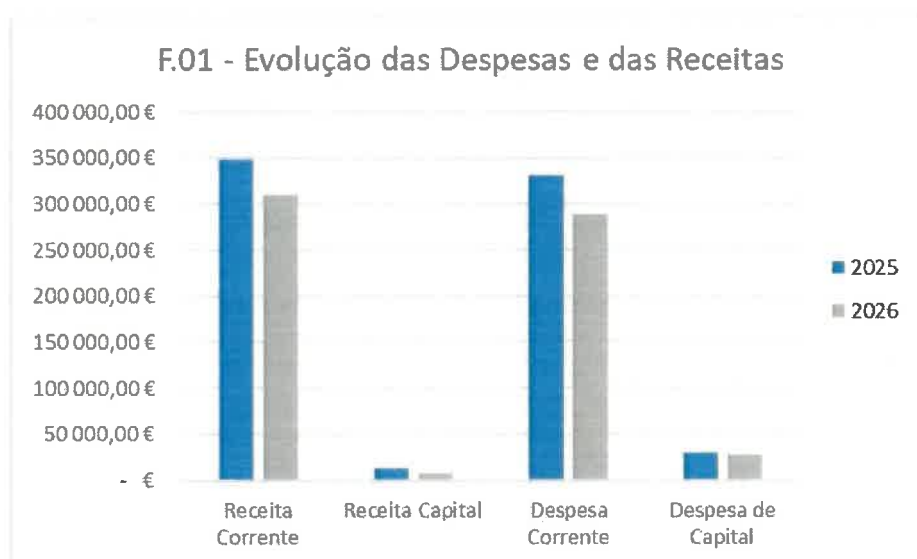
Q.03 -Orçamento Receitas 2026 vs 2026

	2026	%	2025	%	Variação	%
<b>Despesas Correntes</b>	330 618,71 €	91,67%	289 245,77 €	91,33%	41 372,94 €	
<b>Despesas de Capital</b>	30 050,00 €	8,33%	27 450,00 €	8,67%	2 600,00 €	
	<b>360 668,71 €</b>		<b>316 695,77 €</b>		<b>43 972,94 €</b>	<b>13,88%</b>

Q.04 -Orçamento Despesas 2026 vs 2026

A previsão de receitas e de despesas para o próximo ano é de 360.668,71 euros. A receita corrente atingirá um montante de 347.798,71 euros e suportará uma despesa corrente de 330.618,71 euros. A despesa de capital ascenderá a 30.050,00 euros, sendo que a receita de capital ficará pelos 12.870 euros.

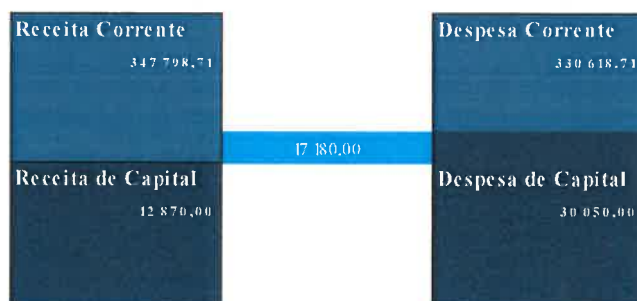
Em termos relativos verifica-se neste orçamento que a receita corrente representa 97,67% da receita total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 91,67% da despesa total.



Receitas	Valor	Despesa	Valor
<b>Receitas Correntes</b>	<b>347 798,71 €</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>330 618,71 €</b>
Impostos directos	10 555,00 €	Despesas com o pessoal	214 279,69 €
Impostos indirectos	- €	Aquisição de bens e serviços	56 035,02 €
Taxas, multas e outras penalidades	8 111,00 €	Juros e outros encargos	10,00 €
Rendimentos da propriedade	1 010,00 €	Transferências correntes	40 674,00 €
Transferências correntes	303 243,71 €	Subsídios	3 020,00 €
Venda de bens e serviços correntes	3 870,00 €	Outras despesas correntes	16 600,00 €
Outras receitas correntes	21 009,00 €		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>12 870,00 €</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>30 050,00 €</b>
Venda de bens de investimento	12 850,00 €	Aquisição de bens de capital	30 050,00 €
Transferências de capital	20,00 €	Transferências de capital	- €
Ativos financeiros	- €	Ativos financeiros	- €
Passivos financeiros	- €	Passivos financeiros	- €
Outras receitas de capital	- €	Outras despesas de capital	- €
<b>Total</b>	<b>360 668,71 €</b>	<b>Total</b>	<b>360 668,71 €</b>

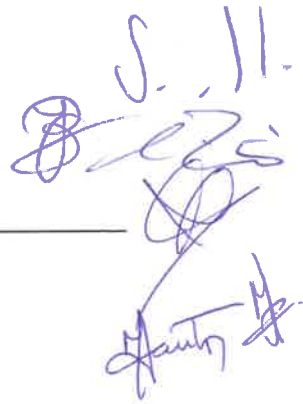
Q.05 – Orçamento por classificação económica

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas será aprofundada em capítulos subsequentes.



Q.06 – Poupança Corrente

O saldo corrente regista um superavit de 17.180,00 euros, o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital



Rádios	2026	2025
<b>Rádios da Receita</b>		
Impostos / Total das receitas	2,93%	3,13%
Taxas / Total das receitas	2,25%	2,31%
Transferências / Total receitas	84,08%	84,22%
Venda de bens / Total das receitas	4,64%	3,20%
<b>Rádios da Despesa</b>		
Despesa Pessoal / Total da despesa	59,41%	49,55%
Bens e Serviços / Total da despesa	15,54%	20,51%
Transferências / Total da despesa	11,28%	15,67%
Investimento / Total despesa	8,33%	8,67%

Q.07 - Rádios Orçamentais

## 5. Previsão das Receitas

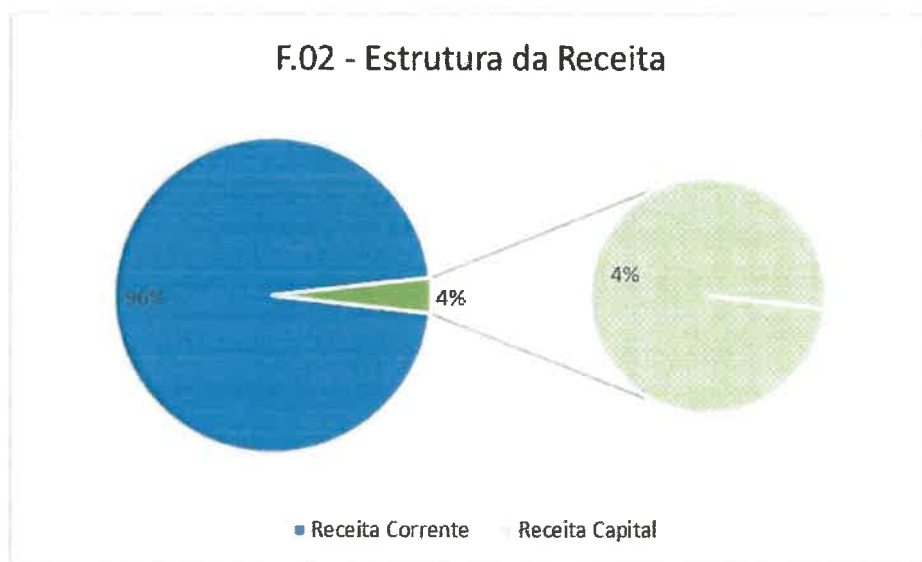
Da receita total, prevê-se que 347 mil euros tenham origem em receitas correntes (96,43%) e 12 mil euros em receitas de capital (3,57%).

	2026	%	2025	%	Varição
<b>Receitas Correntes</b>	<b>347 798,71 €</b>	<b>96,43%</b>	<b>309 825,77 €</b>	<b>97,83%</b>	<b>37 972,94 €</b>
Impostos directos	10 555,00 €	3,03%	9 919,00 €	3,20%	636,00 €
Impostos indirectos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Taxas, multas e outras penalidades	8 111,00 €	2,33%	7 311,00 €	2,36%	800,00 €
Rendimentos da propriedade	1 010,00 €	0,29%	1 010,00 €	0,33%	- €
Transferências correntes	303 243,71 €	87,19%	266 706,77 €	86,08%	36 536,94 €
Venda de bens e serviços correntes	3 870,00 €	1,11%	3 283,00 €	1,06%	587,00 €
Outras receitas correntes	21 009,00 €	6,04%	21 596,00 €	6,97%	- 587,00 €
<b>Receitas de Capital</b>	<b>12 870,00 €</b>	<b>3,57%</b>	<b>6 870,00 €</b>	<b>2,17%</b>	<b>6 000,00 €</b>
Venda de bens de investimento	12 850,00 €	99,84%	6 850,00 €	99,71%	6 000,00 €
Transferências de capital	20,00 €	0,16%	20,00 €	0,29%	- €
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Outras receitas de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
	<b>360 668,71 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>316 695,77 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>43 972,94 €</b>

Q.08 - Orçamento da Receita por classificação económica



V. 11.  
1.2i  
H. 11.17



### 5.1. Receitas Correntes

Ao nível das receitas correntes, os grandes capítulos e as principais fontes de financiamento são as seguintes:

01.	Impostos directos	Montante	10.555,00 €
	SNC-AP Rúbrica R1		

Neste capítulo serão contabilizados os impostos directos estabelecidos na Lei das Finanças Locais para as Freguesias, designadamente o imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios rústicos e 1% do imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios urbanos.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						RECEITA 2026	
C. Económica						Valor (em euros)	
A	S	R	A	S	Designação		
RECEITAS CORRENTES						347 798,71	
01					Impostos directos		10 555,00
01	02				Outros		
01	02	02			Imposto municipal sobre imóveis	10 555,00	



04.	Taxas, multas e outras penalidades	Montante	8.111,00 €
	SNC-AP Rúbrica R3		

Neste capítulo serão contabilizadas as taxas específicas das autarquias locais, nomeadamente as taxas relativas ao registo e licenciamento de cães e aos atestados.

No grupo das 04.01 - Taxas inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartidas da emissão de licenças e da prestação de serviços. Neste grupo das taxas só constituem receita das autarquias locais as verbas a inscrever na conta 04.01.23. Taxas específicas das autarquias locais.

Com efeito, de acordo com as notas explicativas do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a classificação 04.01.23 — Taxas específicas das autarquias locais deve ser utilizada para o registo das receitas provenientes da cobrança de taxas municipais estabelecidas na Lei das Finanças Locais, as quais devem ser individualizadas por tipologia de taxa. Assim, o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, deve ocorrer no capítulo 04 - Taxas, multas e outras penalidades, e não no capítulo 02 - Impostos indiretos.

De forma a uniformizar a classificação das taxas cobradas pelas autarquias, e tendo em conta as desagregações existentes no classificador económico previsto no POCAL e a desagregação do Plano de Contas Central da UniLEO, em SNC-AP, apresenta-se no quadro seguinte a nova desagregação do grupo 04.01 - Taxas do capítulo 04 - Taxas, multas e outras penalidades, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2020.

Classificação Económica	Descrição
04	Taxas, multas e outras penalidades:
04.01	Taxas
04.01.23	Taxas específicas das autarquias locais
04.01.23.01	Mercados e feiras
04.01.23.04	Animais
04.01.23.05	Caça e Pesca
04.01.23.09	Taxa sobre o ruído
04.01.23.10	Licença sobre o ruído
04.01.23.99	Outras taxas específicas das autarquias locais
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo
04.01.23.99.06	Publicidade
04.01.23.99.09	Cemitérios
04.01.23.99.99	Outras

No grupo das 04.02 - Multas e outras penalidades engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei e de regulamentos.

## FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						RECEITA 2026	
C. Económica						Valor (em euros)	
A	S	R	A	S	Designação		
RECEITAS CORRENTES						347 798,71	
04					Taxas, multas e outras penalidades		8 111,00
04	01				Taxas		
04	01	23	04		Animais	1 845,00	
04	01	23	99		Outras taxas específicas das autarquias locais		
04	01	23	99	99	Outras	6 246,00	
04	02				Multas e penalidades		
04	02	04			Coimas e penalidades por contra-ordenações	10,00	
04	02	99			Multas e penalidades diversas	10,00	

05.	Rendimentos de propriedade	Montante	1.010,00 €
	SNC-AP Rúbrica R4		

Neste capítulo serão contabilizadas as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos, edifícios e outros ativos incorpóreos.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						RECEITA 2026	
C. Económica						Valor (em euros)	
A	S	R	A	S	Designação		
RECEITAS CORRENTES						347 798,71	
05					Rendimentos da propriedade		1 010,00
05	02				Juros - Sociedades financeiras		
05	02	01			Bancos e outras instituições financeiras	10,00	
05	10				Rendas		
05	10	99			Outros	1 000,00	

06.	Transferências correntes	Montante	303.243,71 €
	SNC-AP Rúbrica R5		

Este capítulo contabiliza os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

A rubrica 06.03.01.04 contempla a verba relativa ao Fundo Financiamento das Freguesias prevista em Orçamento de Estado.

A rubrica 06.03.01.05 engloba a verba respeitante às transferências da DGAL para comparticipar os encargos previstos no art. 38.º, n.º 8 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e de acordo com a Lei n.º 11/96, de 18 de abril.

A rubrica 06.03.01.06 engloba a verba relativa à transferência de Competências prevista na Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

A rubrica 06.05.01 compreende as receitas provenientes do Município, em especial as previstas na delegação de competências e nos acordos de execução.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						RECEITA 2026
C. Económica						Valor (em euros)
A	S	R	A	S	Designação	
RECEITAS CORRENTES						347 798,71
06					Transferências correntes	303 243,71
06	01				Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
06	01	02			Privadas	15 916,00
06	03				Administração central	
06	03	01			Estado	
06	03	01	04		Fundo de Financiamento das Freguesias	126 550,00
06	03	01	05		Artigo 38.º, n.º 8 da Lei 73/2013	39 584,00
06	03	01	06		Transferência de Competências - Lei n.º50/2018	62 421,00
06	03	01	07		Transferência Eleitos Locais	13 701,87
06	03	09			Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional	44 855,84
06	05				Administração Local	
06	05	01			Continente	
06	05	01	01	02	Eleições	85,00
06	05	01	01	03	Acordo UNISOB	100,00
06	05	01	01	06	Apoio Financeiro para Atividades Culturais	10,00
06	05	01	01	99	Outros	10,00
06	08				Famílias	
06	08	01			Famílias	10,00
07.	Venda de bens e serviços correntes				Montante	3.870,00 €
	SNC-AP Rúbrica R6					

Neste Capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços. Às receitas enquadráveis neste capítulo estão subjacentes preços que correspondem a valores sensivelmente idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos. Este capítulo desagrega-se por norma em três grupos:

07.01 — «Venda de bens» - engloba as receitas da venda de produtos relacionados com a atividade de forma direta ou indireta;

07.02 — «Serviços» - engloba as receitas resultantes da utilização de espaços e da prestação de serviços específicos das autarquias;

07.03 — «Rendas» - abrange as receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios.

## FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						RECEITA 2026	
C. Económica						Valor (em euros)	
A	S	R	A	S	Designação		
RECEITAS CORRENTES						347 798,71	
07					<b>Venda de bens e serviços correntes</b>		<b>3 870,00</b>
07	02				Serviços		
07	02	01			Aluguer de espaços e equipamentos		
07	02	08			Serviços sociais, recreativos, culturais		
07	02	08	02	99	Outros	10,00	
07	02	08	03		Serviços culturais		
07	02	08	03	99	Outros	10,00	
07	02	09			Serviços específicos das autarquias		
07	02	09	05		Cemitérios	3 840,00	
07	02	09	99		Outros	10,00	

08.	Outras Receitas Correntes	Montante	21.009,00 €
	SNC-AP Rúbrica R7		

Inclui as receitas não tipificadas nos capítulos anteriores da receita corrente.

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo, como sejam as resultantes das indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, a indemnização de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às entidades e as recuperações de IVA.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						RECEITA 2026	
C. Económica						Valor (em euros)	
A	S	R	A	S	Designação		
RECEITAS CORRENTES						347 798,71	
08					<b>Outras receitas correntes</b>		<b>21 009,00</b>
08	01				Outras		
08	01	99			Outras		
08	01	99	03		Propinas UNISOB	17 500,00	
08	01	99	04		Seguro UNISOB	1 000,00	
08	01	99	99		Diversas	2 509,00	



## 5.2. Receitas de Capital

Ao nível das receitas de capital, os grandes capítulos e as principais fontes de financiamento são esquematicamente as seguintes:

09.	Venda de bens de investimento	Montante	12.850,00 €
	SNC-AP Rúbrica R8		

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil. Este capítulo desagrega-se normalmente em quatro grupos:

### 09.01 — «Terrenos»;

Engloba as receitas provenientes da alienação de terrenos, de harmonia com a legislação em vigor. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos terrenos que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

### 09.02 — «Habitações»;

Incluem-se as receitas oriundas da alienação de imóveis destinados a habitações. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, das habitações que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

### 09.03 — «Edifícios»;

Abrange o produto da alienação de edifícios construídos ou adquiridos para fins diferentes dos da habitação, tais como instalação de serviços, escolas, creches, pavilhões desportivos, bibliotecas, armazéns e garagens. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos edifícios que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

### 09.04 — «Outros bens de investimento».

Englobam-se as receitas provenientes da alienação de construções diversas, melhoramentos fundiários, material de transporte, maquinaria e equipamento, animais, investimentos incorpóreos, etc. Inclui-se também o produto da alienação de viaturas automóveis dadas como incapazes. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação de bens de investimento não classificáveis nos grupos anteriores deste capítulo, como por exemplo, os barcos e tratores de estrada, incluindo as alienações em hasta pública. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.



## FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						RECEITA 2026	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
RECEITAS CAPITAL						12 870,00	
09					Venda de bens de investimento		12 850,00
09	01				Terrenos		
09	01	06			Administração Pública - Administração local - Continente	12 850,00	

10.	Transferências de Capital	Montante	20,00 €
	SNC-AP Rúbrica R9		

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						RECEITA 2026	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
RECEITAS CAPITAL						12 870,00	
10					Transferências de capital		20,00
10	03				Administração central		
10	03	07			Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	10,00	
10	05				Administração Local		
10	05	01			Municípios		
10	05	01	01		Continente		
10	05	01	01	99	Continente - Outros	10,00	

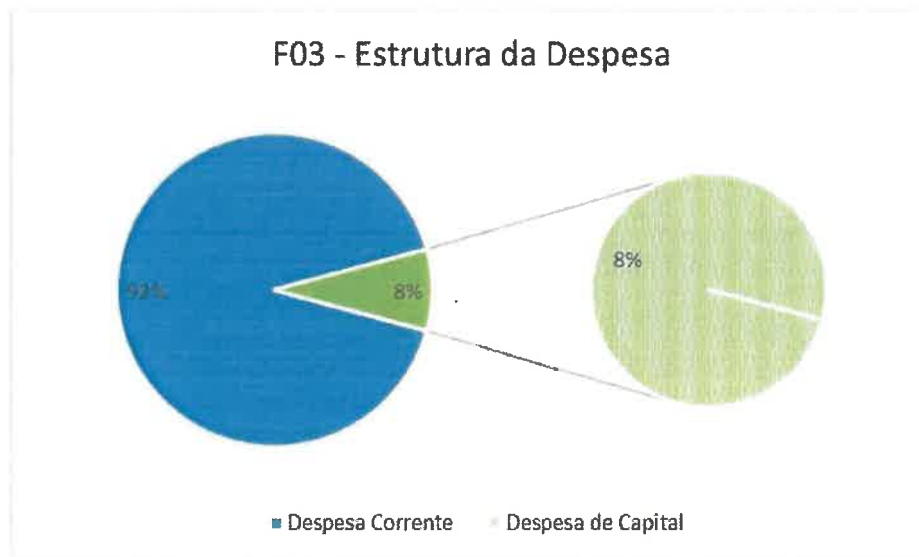
S. 11.  
 12  
 13  
 14  
 15  
 16  
 17  
 18  
 19  
 20  
 21  
 22  
 23  
 24  
 25  
 26  
 27  
 28  
 29  
 30  
 31  
 32  
 33  
 34  
 35  
 36  
 37  
 38  
 39  
 40  
 41  
 42  
 43  
 44  
 45  
 46  
 47  
 48  
 49  
 50  
 51  
 52  
 53  
 54  
 55  
 56  
 57  
 58  
 59  
 60  
 61  
 62  
 63  
 64  
 65  
 66  
 67  
 68  
 69  
 70  
 71  
 72  
 73  
 74  
 75  
 76  
 77  
 78  
 79  
 80  
 81  
 82  
 83  
 84  
 85  
 86  
 87  
 88  
 89  
 90  
 91  
 92  
 93  
 94  
 95  
 96  
 97  
 98  
 99  
 100  
 101  
 102  
 103  
 104  
 105  
 106  
 107  
 108  
 109  
 110  
 111  
 112  
 113  
 114  
 115  
 116  
 117  
 118  
 119  
 120  
 121  
 122  
 123  
 124  
 125  
 126  
 127  
 128  
 129  
 130  
 131  
 132  
 133  
 134  
 135  
 136  
 137  
 138  
 139  
 140  
 141  
 142  
 143  
 144  
 145  
 146  
 147  
 148  
 149  
 150  
 151  
 152  
 153  
 154  
 155  
 156  
 157  
 158  
 159  
 160  
 161  
 162  
 163  
 164  
 165  
 166  
 167  
 168  
 169  
 170  
 171  
 172  
 173  
 174  
 175  
 176  
 177  
 178  
 179  
 180  
 181  
 182  
 183  
 184  
 185  
 186  
 187  
 188  
 189  
 190  
 191  
 192  
 193  
 194  
 195  
 196  
 197  
 198  
 199  
 200  
 201  
 202  
 203  
 204  
 205  
 206  
 207  
 208  
 209  
 210  
 211  
 212  
 213  
 214  
 215  
 216  
 217  
 218  
 219  
 220  
 221  
 222  
 223  
 224  
 225  
 226  
 227  
 228  
 229  
 230  
 231  
 232  
 233  
 234  
 235  
 236  
 237  
 238  
 239  
 240  
 241  
 242  
 243  
 244  
 245  
 246  
 247  
 248  
 249  
 250  
 251  
 252  
 253  
 254  
 255  
 256  
 257  
 258  
 259  
 260  
 261  
 262  
 263  
 264  
 265  
 266  
 267  
 268  
 269  
 270  
 271  
 272  
 273  
 274  
 275  
 276  
 277  
 278  
 279  
 280  
 281  
 282  
 283  
 284  
 285  
 286  
 287  
 288  
 289  
 290  
 291  
 292  
 293  
 294  
 295  
 296  
 297  
 298  
 299  
 300  
 301  
 302  
 303  
 304  
 305  
 306  
 307  
 308  
 309  
 310  
 311  
 312  
 313  
 314  
 315  
 316  
 317  
 318  
 319  
 320  
 321  
 322  
 323  
 324  
 325  
 326  
 327  
 328  
 329  
 330  
 331  
 332  
 333  
 334  
 335  
 336  
 337  
 338  
 339  
 340  
 341  
 342  
 343  
 344  
 345  
 346  
 347  
 348  
 349  
 350  
 351  
 352  
 353  
 354  
 355  
 356  
 357  
 358  
 359  
 360  
 361  
 362  
 363  
 364  
 365  
 366  
 367  
 368  
 369  
 370  
 371  
 372  
 373  
 374  
 375  
 376  
 377  
 378  
 379  
 380  
 381  
 382  
 383  
 384  
 385  
 386  
 387  
 388  
 389  
 390  
 391  
 392  
 393  
 394  
 395  
 396  
 397  
 398  
 399  
 400  
 401  
 402  
 403  
 404  
 405  
 406  
 407  
 408  
 409  
 410  
 411  
 412  
 413  
 414  
 415  
 416  
 417  
 418  
 419  
 420  
 421  
 422  
 423  
 424  
 425  
 426  
 427  
 428  
 429  
 430  
 431  
 432  
 433  
 434  
 435  
 436  
 437  
 438  
 439  
 440  
 441  
 442  
 443  
 444  
 445  
 446  
 447  
 448  
 449  
 450  
 451  
 452  
 453  
 454  
 455  
 456  
 457  
 458  
 459  
 460  
 461  
 462  
 463  
 464  
 465  
 466  
 467  
 468  
 469  
 470  
 471  
 472  
 473  
 474  
 475  
 476  
 477  
 478  
 479  
 480  
 481  
 482  
 483  
 484  
 485  
 486  
 487  
 488  
 489  
 490  
 491  
 492  
 493  
 494  
 495  
 496  
 497  
 498  
 499  
 500  
 501  
 502  
 503  
 504  
 505  
 506  
 507  
 508  
 509  
 510  
 511  
 512  
 513  
 514  
 515  
 516  
 517  
 518  
 519  
 520  
 521  
 522  
 523  
 524  
 525  
 526  
 527  
 528  
 529  
 530  
 531  
 532  
 533  
 534  
 535  
 536  
 537  
 538  
 539  
 540  
 541  
 542  
 543  
 544  
 545  
 546  
 547  
 548  
 549  
 550  
 551  
 552  
 553  
 554  
 555  
 556  
 557  
 558  
 559  
 560  
 561  
 562  
 563  
 564  
 565  
 566  
 567  
 568  
 569  
 570  
 571  
 572  
 573  
 574  
 575  
 576  
 577  
 578  
 579  
 580  
 581  
 582  
 583  
 584  
 585  
 586  
 587  
 588  
 589  
 590  
 591  
 592  
 593  
 594  
 595  
 596  
 597  
 598  
 599  
 600  
 601  
 602  
 603  
 604  
 605  
 606  
 607  
 608  
 609  
 610  
 611  
 612  
 613  
 614  
 615  
 616  
 617  
 618  
 619  
 620  
 621  
 622  
 623  
 624  
 625  
 626  
 627  
 628  
 629  
 630  
 631  
 632  
 633  
 634  
 635  
 636  
 637  
 638  
 639  
 640  
 641  
 642  
 643  
 644  
 645  
 646  
 647  
 648  
 649  
 650  
 651  
 652  
 653  
 654  
 655  
 656  
 657  
 658  
 659  
 660  
 661  
 662  
 663  
 664  
 665  
 666  
 667  
 668  
 669  
 670  
 671  
 672  
 673  
 674  
 675  
 676  
 677  
 678  
 679  
 680  
 681  
 682  
 683  
 684  
 685  
 686  
 687  
 688  
 689  
 690  
 691  
 692  
 693  
 694  
 695  
 696  
 697  
 698  
 699  
 700  
 701  
 702  
 703  
 704  
 705  
 706  
 707  
 708  
 709  
 710  
 711  
 712  
 713  
 714  
 715  
 716  
 717  
 718  
 719  
 720  
 721  
 722  
 723  
 724  
 725  
 726  
 727  
 728  
 729  
 730  
 731  
 732  
 733  
 734  
 735  
 736  
 737  
 738  
 739  
 740  
 741  
 742  
 743  
 744  
 745  
 746  
 747  
 748  
 749  
 750  
 751  
 752  
 753  
 754  
 755  
 756  
 757  
 758  
 759  
 760  
 761  
 762  
 763  
 764  
 765  
 766  
 767  
 768  
 769  
 770  
 771  
 772  
 773  
 774  
 775  
 776  
 777  
 778  
 779  
 780  
 781  
 782  
 783  
 784  
 785  
 786  
 787  
 788  
 789  
 790  
 791  
 792  
 793  
 794  
 795  
 796  
 797  
 798  
 799  
 800  
 801  
 802  
 803  
 804  
 805  
 806  
 807  
 808  
 809  
 810  
 811  
 812  
 813  
 814  
 815  
 816  
 817  
 818  
 819  
 820  
 821  
 822  
 823  
 824  
 825  
 826  
 827  
 828  
 829  
 830  
 831  
 832  
 833  
 834  
 835  
 836  
 837  
 838  
 839  
 840  
 841  
 842  
 843  
 844  
 845  
 846  
 847  
 848  
 849  
 850  
 851  
 852  
 853  
 854  
 855  
 856  
 857  
 858  
 859  
 860  
 861  
 862  
 863  
 864  
 865  
 866  
 867  
 868  
 869  
 870  
 871  
 872  
 873  
 874  
 875  
 876  
 877  
 878  
 879  
 880  
 881  
 882  
 883  
 884  
 885  
 886  
 887  
 888  
 889  
 890  
 891  
 892  
 893  
 894  
 895  
 896  
 897  
 898  
 899  
 900  
 901  
 902  
 903  
 904  
 905  
 906  
 907  
 908  
 909  
 910  
 911  
 912  
 913  
 914  
 915  
 916  
 917  
 918  
 919  
 920  
 921  
 922  
 923  
 924  
 925  
 926  
 927  
 928  
 929  
 930  
 931  
 932  
 933  
 934  
 935  
 936  
 937  
 938  
 939  
 940  
 941  
 942  
 943  
 944  
 945  
 946  
 947  
 948  
 949  
 950  
 951  
 952  
 953  
 954  
 955  
 956  
 957  
 958  
 959  
 960  
 961  
 962  
 963  
 964  
 965  
 966  
 967  
 968  
 969  
 970  
 971  
 972  
 973  
 974  
 975  
 976  
 977  
 978  
 979  
 980  
 981  
 982  
 983  
 984  
 985  
 986  
 987  
 988  
 989  
 990  
 991  
 992  
 993  
 994  
 995  
 996  
 997  
 998  
 999  
 1000

## 6. Previsão das Despesas

Da despesa total, prevê-se que 330 mil euros sejam afetados em despesa corrente (91,67%) e 30 mil euros em despesa de capital (8,33%).

	2026	%	2025	%	Varição
<b>Despesas Correntes</b>	<b>330 618,71 €</b>	<b>91,67%</b>	<b>289 245,77 €</b>	<b>91,33%</b>	<b>41 372,94 €</b>
Despesas com o pessoal	214 279,69 €	64,81%	156 928,90 €	54,25%	57 350,79 €
Aquisição de bens e serviços	56 035,02 €	16,95%	64 956,87 €	22,46%	- 8 921,85 €
Juros e outros encargos	10,00 €	0,00%	100,00 €	0,03%	- 90,00 €
Transferências correntes	40 674,00 €	12,30%	49 640,00 €	17,16%	- 8 966,00 €
Subsídios	3 020,00 €	0,91%	3 020,00 €	1,04%	- €
Outras despesas correntes	16 600,00 €	5,02%	14 600,00 €	5,05%	2 000,00 €
	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
<b>Despesas de Capital</b>	<b>30 050,00 €</b>	<b>8,33%</b>	<b>27 450,00 €</b>	<b>8,67%</b>	<b>2 600,00 €</b>
Aquisição de bens de capital	30 050,00 €	100,00%	27 450,00 €	100,00%	2 600,00 €
Transferências de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Outras despesas de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
	<b>360 668,71 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>316 695,77 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>43 972,94 €</b>

Q.09 - Orçamento da Despesa por classificação económica



### 6.1. Despesas Correntes

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '11' and various scribbles.

As despesas correntes apresentam o seguinte desdobramento:

01	Pessoal	Montante	214.279, 69 €
	SNC-AP Rúbrica D1		

Neste capítulo devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

01.01.01. Remunerações certas e permanentes – Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos. Consideram-se as remunerações legalmente aprovadas para os membros dos órgãos autárquicos. Nesta rubrica estão ainda a ser contabilizados o meio tempo do presidente

01.01.03. Remunerações certas e permanentes – Pessoal dos quadros – Regime de função pública

Consideram-se os vencimentos dos funcionários e agentes que fazem parte dos quadros legalmente aprovados e que estejam em serviço efetivo.

01.01.04. Remunerações certas e permanentes – Pessoal dos quadros – Regime de contrato individual de trabalho

Consideram-se as remunerações do pessoal abrangido pelo contrato individual de trabalho.

01.01.07. Remunerações certas e permanentes – Pessoal em regime de tarefa ou de avença

Consideram-se, rigorosa e limitativamente, apenas, os indivíduos que se encontrem abrangidos pelos contratos de tarefa ou pelos contratos de avença, celebrados nos termos da legislação em vigor.

01.01.09 – Pessoal em qualquer outra situação

Atribui-se-lhe, em relação às rubricas de pessoal atrás caracterizadas, uma natureza residual.

01.03.02. Segurança social – Outros encargos com a saúde

Engloba as despesas com as aquisições de outros bens e serviços de saúde que assumam a forma de compensação financeira, correspondentes a reembolsos a funcionários e agentes das autarquias locais.

01.03.05. Segurança social – Contribuições para a segurança social

Engloba as despesas com o pagamento pela autarquia local, como entidade patronal, de quotas ou contribuições para organismos dependentes da segurança social, para a ADSE e para a Caixa Geral de Aposentações.

01.03.10. Segurança social – Outras despesas de segurança social

Engloba as despesas relativas à comparticipação à segurança social na qualidade de entidade contratante.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						ORÇAMENTO 2026	
C. Económica				Designação		Valor (em euros)	
A	S	R	S				
DESPESA CORRENTES						330 618,71	
01					Despesas com o Pessoal		214 279,69
01	01				Remunerações certas e permanentes		
01	01	01			Titulares de órgãos de soberania e membros órgãos autárquicos	27 490,41	
01	01	04			Pessoal dos quadros - Regime contrato individual de trabalhos		
01	01	04	01		Pessoal em funções	70 696,68	
01	01	04	02		Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	3 024,00	
01	01	04	03		Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	10,00	
01	01	04	04		Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	0,00	
01	01	07			Pessoal em regime de tarefa ou avença		
01	01	07	01		Pessoal em regime de avença - Administrativos	10,00	
01	01	07	02		Pessoal em regime de avença - Operacionais	22 900,00	
01	01	07	03		Pessoal em regime de avença - UNISOB	10,00	
01	01	07	99		Pessoal em regime de avença - Outros	10,00	
01	01	09			Pessoal em qualquer outra situação	22 439,76	
01	01	11			Representação		
01	01	12			Suplementos e prémios	800,00	
01	01	13			Subsidio de refeição	9 702,00	
01	01	14			Subsidio de férias e de Natal	15 522,74	
01	01	15			Remunerações por doença e maternidade/paternidade	10,00	
01	02	02			Horas extraordinárias	1 200,00	
01	02	04			Ajudas de custo	10,00	
01	02	05			Abono para falhas	1 045,48	
01	02	06			Formação	100,00	
01	02	13			Outros suplementos e prémios		
01	02	13	03		Senhas de presença (Mesas de Voto)	1 298,25	
01	03				Segurança social		
01	03	01			Encargos com a Saúde	2 269,54	
01	03	05			Contribuições para a segurança social		
01	03	05	01		Assistência na doença dos funcionários públicos	10,00	
01	03	05	02		Segurança social dos funcionários públicos		
01	03	05	02	02	Segurança social - Regime geral	29 710,99	
01	03	09			Seguros		
01	03	09	01		Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4 614,84	
01	03	10			Outras despesas de segurança social		
01	03	10	99		Outras despesas de segurança social	1 395,00	

02	Aquisição de bens e serviços correntes	Montante	56.035,02 €
	SNC-AP Rúbrica D2		

V. 11.  
H. 11.  
H. 11.  
H. 11.  
H. 11.

Neste capítulo incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda com a aquisição de serviços.

#### 02.01. Aquisição de bens

Devem classificar-se neste agrupamento os bens que, em regra, tenham, pelo menos, um ano de duração, devendo por isso ser inventariáveis e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como bens de capital (investimento). Incluem-se, igualmente, os bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, não sendo, por isso, inventariáveis.

##### 02.01.15. Aquisição de bens – Prémios, condecorações e ofertas

Consideram-se as despesas referentes a bens destinados a prémios, condecorações e ofertas.

##### 02.01.19. Aquisição de bens – Artigos honoríficos e de decoração

Engloba as despesas com artigos honoríficos, nomeadamente bandeiras, estandartes e galhardetes. Salienta-se, todavia, que as importâncias despendidas com os prémios e condecorações que se adquirem com o propósito de serem entregues a quaisquer indivíduos ou entidades são consideradas na rubrica 02.01.15. Prémios, condecorações e ofertas.

##### 02.01.20. Aquisição de bens – Material de educação, cultura e recreio

Engloba todo o bem durável, mas não diretamente ligado à produção de bens e serviços, que seja suscetível de constituir junto dos indivíduos fator de dinamização e de enriquecimento da sua cultura, a qual, para efeitos exclusivos do classificador, é tomada num sentido muito amplo, de modo a compreender os campos da educação (incluindo a educação física e o desporto), das artes recreativas e musicais, das belas-artes, da museologia lato sensu, do culto religioso, de recreio e da formação profissional. Em tal conformidade, são enquadráveis na rubrica, entre muitos outros, o material escolar afeto aos estabelecimentos com funções de ensino (como sejam mapas didáticos, coleções mineralógicas, zoológicas e anatómicas, utensílios e aparelhos de laboratórios escolares, réguas, compassos e outros artigos normalmente utilizados nas salas de aula), equipamentos e aparelhos para educação física e desporto, instrumentos musicais, jogos, aparelhos de rádio e de televisão para salas de convívio, livros e revistas quando inventariáveis e afetos a bibliotecas.

##### 02.02.01. Aquisição de serviços – Encargos das instalações

Mantém-se inalterável no seu significado e âmbito e engloba as despesas com água, eletricidade e aquecimento.

##### 02.02.03. Aquisição de serviços – Conservação de bens

Compreende todas as despesas (incluindo os custos de serviços e materiais quando conjuntamente faturados) a satisfazer por trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos.

##### 02.02.14. Aquisição de serviços – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria

Incluem-se as despesas relativas a estudos, pareceres, projetos e consultadoria, de organização, apoio à gestão e serviços de natureza técnica prestados por particulares ou outras entidades.

##### 02.02.20. Aquisição de serviços – Outros trabalhos especializados



## FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Incluem-se as despesas relativas aos serviços técnicos prestados por outras empresas que o próprio organismo não pode superar pelos seus meios, tais como serviços informáticos, análises laboratoriais, trabalhos tipográficos, etc.

## 02.02.25. Aquisição de serviços - Outros serviços

Assume carácter residual no contexto das aquisições de serviços. Só lhe devem ser afetadas as despesas que, de modo algum, não possam ser classificadas noutras rubricas. Nesta rubrica será contabilizado as despesas relativas às atividades culturais, recreativas, sociais e educacionais desenvolvidas ou apoiadas pela freguesia.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO					ORÇAMENTO 2026	
C. Económica				Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	S			
DESPESA CORRENTES					330 618,71	
02				Aquisição de Bens e Serviços	56 035,02	
02	01			Aquisição de bens		
02	01	02		Combustíveis e lubrificantes		
02	01	02	01	Gasolina	3 550,00	
02	01	02	02	Gasóleo	6 900,00	
02	01	02	99	Outros	460,00	
02	01	04		Limpeza e higiene	1 000,00	
02	01	05		Alimentação - Refeições confeccionadas	695,00	
02	01	06		Alimentação - Géneros para confeccionar	500,00	
02	01	07		Vestuario e Artigos pessoais	600,00	
02	01	08		Material de escritório	1 250,00	
02	01	12		Material de transporte - Peças	100,00	
02	01	14		Outro Material - Peças	300,00	
02	01	15		Prémios, condecorações e ofertas	1 000,00	
02	01	17		Ferramentas e utensílios	1 300,00	
02	01	19		Artigos honoríficos e de decoração	70,00	
02	01	20		Material de educação, cultura e recreio	4 500,00	
02	01	21		Outros Bens	200,00	
02	02			Aquisição de serviços		
02	02	01		Encargos das instalações	3 900,00	
02	02	02		Limpeza e higiene	2 400,00	
02	02	03		Conservação de bens	2 000,00	
02	02	09		Comunicações	1 080,00	
02	02	10		Transportes	10,00	
02	02	11		Representação dos serviços	10,00	
02	02	12		Seguros	2 250,00	
02	02	13		Deslocações e estadas	0,00	
02	02	14		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	6 400,00	
02	02	15		Formação	10,00	
02	02	17		Publicidade	1 000,00	
02	02	18		Vigilância e segurança	10,00	
02	02	19		Assistência técnica	175,00	
02	02	20		Outros trabalhos especializados	2 000,00	
02	02	22		Serviços de Saúde	100,00	
02	02	25		Outros serviços		
02	02	25	04	Evento "Castanha na Cidade"	500,00	
02	02	25	06	Evento de "Oliveira a Mexer"	5 000,00	
02	02	25	09	Cultura Sénior	1 500,00	
02	02	25	10	Iluminação de Natal / Natal em Movimento	10,00	
02	02	25	13	Bairrada Eco Challenge	5 000,00	
02	02	25	99	Outras	255,02	
03. Juros e outros encargos					Montante 10,00 €	



## FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

## SNC-AP Rúbrica D3

Esta rubrica regista as despesas inerentes a serviços bancários e de juros relativos às contas bancárias.

03.06 - Esta rubrica é de carácter residual. No entanto, incluem-se despesas inerentes a serviços bancários e todas as despesas não previstas nas rubricas anteriores.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO										ORÇAMENTO 2026		
C. Económica				Designação						Valor (em euros)		
A	S	R	S									
DESPESA CORRENTES										330 618,71		
03						Juros e outros encargos						10,00
03	06					Outros encargos financeiros						
03	06	01				Outros encargos financeiros					10,00	

04.	Transferência corrente				Montante	40.674,00 €	
	SNC-AP Rúbrica D4						

Neste capítulo são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes tais como o apoio às atividades desenvolvidas pelas Instituições de Solidariedade Social, de Cultura, Recreio e Desporto da e na Freguesia, através da celebração de protocolos.

## 04.08.02. – Famílias – Outros

Pagamento de encargos relativos a apoios sociais e ao pagamento de subsídio ocupacional, previsto nos programas ocupacionais do IEFP.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO							ORÇAMENTO 2026	
C. Económica				Designação			Valor (em euros)	
A	S	R	S					
DESPESA CORRENTES							330 618,71	
04					Transferências correntes			40 674,00
04	05				Administração Local			
04	05	01			Continente			
04	05	01	05		Associações de freguesias		850,00	
04	07				Instituições sem fins lucrativos			
04	07	01			Instituições sem fins lucrativos		8 000,00	
04	08				Famílias			
04	08	02			Outras			
04	08	02	01		Programas Ocupacionais		31 824,00	
05.		Subsídios				Montante	3.020,00 €	
SNC-AP Rúbrica D4								

Os subsídios em epígrafe tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO										ORÇAMENTO 2026		
C. Económica					Designação					Valor (em euros)		
A	S	R	S									
DESPESA CORRENTES										330 618,71		
05						Subsidios						3 020,00
05	08					Famílias						
05	08	03	03			Projeto "Bébe Feliz"					10,00	
05	08	03	04			Projeto Natalidade					3 000,00	
05	08	03	99			Outras					10,00	

06.	Outras despesas correntes					Montante					16.600,00 €	
SNC-AP Rúbrica D5												

Esta é uma rubrica económica com uma função meramente residual, onde se registará todas as despesas correntes não previstas nos outros classificadores.

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO										ORÇAMENTO 2026	
C. Económica					Designação					Valor (em euros)	
A	S	R	S								
DESPESA CORRENTES										330 618,71	
06					Outras despesas correntes						16 600,00
06	02	03	05	02	Eletricidade (UNISOB)					500,00	
06	02	03	05	03	Água (UNISOB)					500,00	
06	02	03	05	04	Comunicações (UNISOB)					500,00	
06	02	03	05	05	Formadores (UNISOB)					11 000,00	
06	02	03	05	06	Outro Pessoal (UNISOB)					100,00	
06	02	03	05	07	Outras Despesas (UNISOB)					4 000,00	

## 6.2. Despesas de Capital

As despesas de capital apresentam o seguinte desdobramento:

07.	Aquisições de bens de Capital					Valor Orçamentado					30.050,00 €
	SNC-AP Rúbrica D6										

Esta rubrica económica compreende, exclusivamente, as despesas com a aquisição (e também as grandes reparações) dos bens que contribuam para a formação de «capital fixo», isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, equipamentos, material de transporte, edifícios, outras construções, etc.).

Esta rubrica encontra-se mais desenvolvida no Plano Plurianual de Investimentos.

## FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO						ORÇAMENTO 2026	
C. Económica				Designação		Valor (em euros)	
A	S	R	S				
DESPESAS CAPITAL						30 050,00	
07					Aquisição de bens de capital		30 050,00
07	01				Investimentos		
07	01	01			Terrenos	10,00	
07	01	03			Edifícios		
07	01	03	01		Instalações de serviços	500,00	
07	01	03	02		Instalações desportivas e recreativas	500,00	
07	01	04			Construções diversas		
07	01	04	01		Viadutos, arruamentos e obras complementares	11 500,00	
07	01	04	05		Parques e Jardins	5 500,00	
07	01	04	08		Viação rural	6 500,00	
07	01	04	09		Sinalização e trânsito	250,00	
07	01	04	12		Cemitérios	2 500,00	
07	01	06			Material de transporte		
07	01	06	02		Outro	10,00	
07	01	07			Equipamento de informática	500,00	
07	01	08			Software Informático	1 000,00	
07	01	09			Equipamento administrativo	500,00	
07	01	10			Equipamento básico		
07	01	10	01		Equipamento de recolha de resíduos	10,00	
07	01	10	02		Outro	10,00	
07	01	11			Ferramentas e utensílios	500,00	
07	01	15			Outros Investimentos	250,00	
07	02				Locação Financeira		
07	02	05			Material de Transporte	10,00	

V. 11.  
[Handwritten signatures and marks]

## III – MAPAS ORÇAMENTAIS

# OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2026



## **ERRATA:**

Substitui-se integralmente as páginas 42 e 43 do documento:

Opções do Plano e Orçamento 2026, Apresentado em Assembleia de Freguesia no dia 30 de dezembro de 2025.





financeiras, deixando assim de se apresentar a execução orçamental em toda a extensão dos classificadores orçamentais utilizados pelas entidades.

Estas novas demonstrações não são apresentadas ao nível do detalhe do classificador económico da receita e da despesa, existe, contudo, uma correspondência entre os códigos da classificação económica da receita e da despesa, previstos no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais.

Sendo a finalidade de uma demonstração previsional indicar de que modo e em que montante se prevê arrecadar recursos e quais os fins previstos para a sua utilização, a informação assim apresentada não nos parece suficiente pelo que vamos procurar desdobrar esta informação nos capítulos subsequentes.

#### 4. Recursos Financeiros

Os dados orçamentais históricos, a atividade desenvolvida durante o ano de 2025, ambos pautados pelo rigor e controle na conjugação dos fluxos financeiros de entrada (recebimentos / receitas) e de saída (compromissos assumidos / pagamentos / despesa), constituíram, nesta fase de preparação e apreciação das Opções do Plano e Orçamento elemento importante na perspetivação das previsões para o ano de 2026.

Em termos globais o orçamento apresenta um acréscimo de 13,88% face ao orçamento inicial de 2025, no montante de 43.972,94 euros.

	2026	%	2025	%	Varição	%
<b>Receitas Correntes</b>	347 798,71 €	96,43%	309 825,77 €	97,83%	37 972,94 €	
<b>Receitas de Capital</b>	12 870,00 €	3,57%	6 870,00 €	2,17%	6 000,00 €	
	<b>360 668,71 €</b>		<b>316 695,77 €</b>		<b>43 972,94 €</b>	<b>13,88%</b>

Q.03 –Orçamento Receitas 2026 vs 2025



	2026	%	2025	%	Variação	%
<b>Despesas Correntes</b>	330 618,71 €	91,67%	289 245,77 €	91,33%	41 372,94 €	
<b>Despesas de Capital</b>	30 050,00 €	8,33%	27 450,00 €	8,67%	2 600,00 €	
	<b>360 668,71 €</b>		<b>316 695,77 €</b>		<b>43 972,94 €</b>	<b>13,88%</b>

Q.04 –Orçamento Despesas 2026 vs 2025

A previsão de receitas e de despesas para o próximo ano é de 360.668,71 euros. A receita corrente atingirá um montante de 347.798,71 euros e suportará uma despesa corrente de 330.618,71 euros. A despesa de capital ascenderá a 30.050,00 euros, sendo que a receita de capital ficará pelos 12.870 euros.

Em termos relativos verifica-se neste orçamento que a receita corrente representa 97,67% da receita total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 91,67% da despesa total.

